PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO ■ NÚMERO 14 ■ NOVEMBRO 2007 ■ R$ 15,00

FGV GVces

FAVELAS: novas políticas prometem cidadania, mas a violência explode

ARTIGO: desigualdades sociais corrompem o Estado de Direito

GRO BRUNDTLAND: ação voluntária não dará conta do desafio climático

GOVERNANÇA: na sociocracia, a natureza é modelo de gestão

ISSN 1982-16700 00014
9 771982 167005



EMPRESAS E SUSTENTABILIDADE

A HORA DA VERDADE

PÁGINA 22 INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO — NOVEMBRO 2007 • Nº 14

Os nós são de TODOS NÓS

Pode uma empresa almejar a sustentabilidade em uma sociedade não sustentável? Dizem estudiosos do mundo corporativo que a tendência das organizações é se tornarem cada vez mais porosas, convidadas a interagir com mais atores. Se há uma linha evolutiva a ser traçada, desde a qualidade total até a sustentabilidade, é a da expansão de círculos ao seu redor. Primeiro foram provocadas a se relacionar com o consumidor. Depois, com a comunidade no entorno. Em seguida, a sociedade como um todo. E agora, o planeta.

Pesquisas mostram, no entanto, que as expectativas crescentes sobre o papel das companhias estão longe de ser atendidas. Fica exposto o nó existente entre elas e a sustentabilidade: criadas para aglutinar capital, competir e crescer, deparam-se com a nova agenda da cooperação, da distribuição de benefícios e da adequação às restrições impostas pela natureza.

Assim como o setor privado, as políticas sociais estão em uma encruzilhada no Brasil, e também vivem a sua hora da verdade. Enquanto o governo federal se propõe a abarcar bolsões de pobreza urbana no campo da cidadania, por meio da oferta de infra-estrutura, moradia e segurança, a velha abordagem beligerante de combate ao crime nas áreas pobres ganha força em setores da sociedade e do poder público, como mostra reportagem nesta edição.

Não por acaso, pesquisa recente do Ibope revelou uma elite econômica brasileira descrente das instituições democráticas e que deposita nas Forças Armadas suas maiores doses de confiança. Mas não será sob a tropa de capitães Nascimento que os nós vão se desatar.

BOA LEITURA

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETOR Francisco S. Mazzucca

FGV GVces

COORDENADOR Mario Monzoni
EDITORAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITOR Flavio Lobo
PROJETO GRÁFICO E EDIÇÃO DE ARTE
Marco Cançado (Banana Biônica Design)
EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi
ILUSTRAÇÃO Janaina Tokitaka
REVISÃO José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
André Carvalho, Celso Fernandes, Eduardo Girão, Marcelo Godoy, Maristela Bernardo, Oscar Vilhena, Regina Scharf
ENSAIO FOTOGRÁFICO
Felipe Gombossy

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)
MARKETING E PUBLICIDADE
André Almeida / comercial@pagina22.com.br
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Alameda Itu, 513
01421-000 - São Paulo, SP
(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br

ASSINATURAS E REPARTES CORPORATIVOS
www.pagina22.com.br
assinaturas@pagina22.com.br

IMPRESSÃO
Vox Gráfica
DISTRIBUIÇÃO
Door to Door Logística e Distribuição
DISTRIBUIÇÃO BANCAS
Distribuidora Grupo Estado
NÚMEROS AVULSOS
(11) 3281-7875 e 3281-7790 ou livrariagv@fgvsp.br
(21) 2559-5535 ou livraria@fgv.br

CONSELHO EDITORIAL
Amália Safatle, Aron Belinky, Flavia Pardini, Gladis Ribeiro, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Moysés Simantob, Tarcila Reis Ursini
CONSELHO CONSULTIVO GVces
Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Luiz Ribeiro, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio Esteves, Tamas Makray
PARCEIROS FUNDADORES
ODEBRECHT
Fazendo mais que o possível
BANCO REAL ABN AMRO

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.
É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 10.000 exemplares

CAPA: TOM BRAZ

12 ENTREVISTA
O meio ambiente, direito intergeracional, pode transformar a postura dos tribunais superiores, diz o desembargador José Renato Nalini

18 EMPRESAS
O mundo corporativo abraça a expressão "desenvolvimento sustentável", mas as pesquisas denunciam o fosso entre discurso e prática. Entenda por que a mudança é tão complexa



32 SOCIOCRACIA
Colaboração e consentimento em um sistema de governança para a sustentabilidade



42 POLÍTICAS PÚBLICAS
Enquanto a violência explode em morros do Rio, o governo federal começa a tirar do papel dois projetos bilionários e se propõe a revolucionar as relações entre o Estado e as favelas

58 AQUECIMENTO GLOBAL
Gro Brundtland e o desafio de construir compromissos e instrumentos para a justiça climática

SEÇÕES

8 NOTAS
28 ANÁLISE
30 ARTIGO
36 RETRATO
50 ARTIGO
54 ARTIGO
62 ARTIGO
64 COLUNA
66 ÚLTIMA





AMAZÔNIA

A PROMESSA DA TERRA PRETA

Uma tecnologia desenvolvida na Amazônia antes da chegada de Colombo está sendo transplantada para o outro lado do mundo para ajudar na agricultura e, quiçá, acender a esperança de uma fonte de energia negativa em emissões de carbono. Trata-se da adição ao solo de carvão obtido pela queima lenta e sem oxigênio de material orgânico. Praticada pelos índios séculos atrás, deu origem à milagrosa "terra preta", que transforma o solo embaixo da floresta, pobre em nutrientes, em terra fértil. Na Austrália, onde os solos são erodidos e carentes em carbono orgânico, pesquisadores testam a fabricação do que batizaram de *agrichar*, um carvão inspirado nos pré-colombianos e produzido com tecnologia do século XXI.

Os cientistas têm certeza de que a terra preta é uma criação humana, mas ainda não conseguiram determinar como ela se formou: alguns argumentam que foi a partir da acumulação de restos de comida, materiais orgânicos e carvão; outros acreditam que é resultado da queima deliberada de materiais para adição ao solo. Se a última hipótese estiver correta, pode-se imaginar que os povos amazônicos praticassem não o corte-e-queima que arrasa a floresta atualmente, mas uma lenta transformação de biomassa em carvão. A quantidade de carbono retida com esse método é muito maior do que se os materiais são transformados em cinza. Adicionado ao solo, que armazena o carbono por séculos, o carvão ajuda a reter nutrientes.

Na Austrália, o *agrichar* está em teste pelo governo do estado de New South Wales em conjunto com a empresa Best Energies, que desenvolveu um processo de pirólise que "cozinha" a biomassa em um forno sem oxigênio, produzindo um combustível renovável – *syngas* – e o carvão que será usado na agricultura. Metade do carbono produzido no processo fica no *agrichar* e, portanto, será armazenado no solo. O *syngas* é reutilizado para aquecer o forno ou usado em outros processos. (*FP*)

USO DO SOLO

PROJETO DE LEI AMEAÇA CONQUISTAS



PELOS POBRES? **Um pretexto para o retrocesso**

Se aprovado, o Projeto de Lei (PL) nº 3.057, que propõe novas regras para o parcelamento do solo urbano e chegou à última fase de tramitação numa comissão da Câmara dos Deputados no fim de outubro, promoverá um verdadeiro desmonte nas áreas da legislação ambiental e de defesa do consumidor. A pretexto de beneficiar populações pobres residentes em favelas e cortiços, o PL prevê, entre outros retrocessos, ampla anistia a ocupações e empreendimentos irregulares de alto padrão, reduz drasticamente as áreas de proteção em torno de mananciais e abre a porteira para que prefeituras, País afora, escapem de exigências da legislação ambiental em vigor.

"De tempos em tempos, surge no Legislativo alguma iniciativa contra conquistas da legislação ambiental. A inovação deste PL é a amplitude e a profundidade dos estragos que fará se for aprovado", resume o ex-deputado federal e consultor Fabio Feldmann

Aquela que seria a razão de ser do PL, o favorecimento a brasileiros desprovidos de moradia própria e regular, revela-se claramente enganosa, pois o 3.057 retrocede também no que diz respeito a garantias hoje oferecidas aos compradores de imóveis em prestações, com o que – bem como no caso das normas ambientais – faria a alegria de poderosos lobbies de proprietários de terras, dos setores imobiliário e de construção civil. — *por Flavio Lobo*

PESQUISA

CIÊNCIA EM AÇÃO

Após oito anos e investimentos de cerca de US$ 18 milhões, o programa Biota-Fapesp começa a render frutos diretos para a sociedade. Um deles é a iniciativa inédita de reunir os dados produzidos por 160 pesquisadores no estado de São Paulo para elaborar três mapas-síntese que orientem ações de conservação. "A idéia é dar uma resposta à sociedade e ajudar na elaboração de políticas públicas", resume o ecológo Jean Paul Metzger, um dos coordenadores do projeto.

O Biota foi criado em 1999 para mapear a biodiversidade e os recursos naturais do estado e, desde então, produziu pesquisa de qualidade, um sistema de informações ambientais sem par no País, além de centenas de mestres e doutores. No início do trabalho de elaboração dos mapas, feito voluntariamente pelos pesquisadores com base em dados biológicos e sobre a estrutura da paisagem, a idéia era indicar áreas prioritárias para conservação. "Mas sobrou tão pouco que foi preciso mudar a estratégia e recomendar ações prioritárias", conta Metzger.

Os mapas indicam as áreas que merecem a elaboração de inventários biológicos, a criação de Unidades de Conservação (UC) de proteção integral e o incremento da conectividade da paisagem por averbação de reserva legal, criação de reservas particulares ou de corredores para facilitar o fluxo biológico.

O governo estuda a utilização dos mapas no licenciamento e para ordenar a expansão de plantações de cana-de-açúcar. (*FP*)

PUBLICAÇÕES

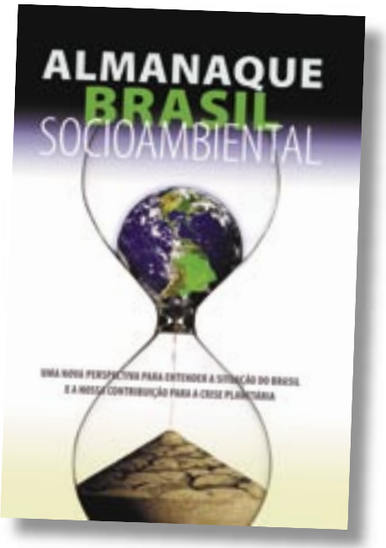
ALMANAQUE NA PRAÇA

Uma síntese socioambiental do Brasil de hoje é o que estudantes, estudiosos e o público em geral ganham com a chegada às livrarias, em novembro, da segunda edição do *Almanaque Brasil Socioambiental*, publicação do Instituto Socioambiental (ISA). A primeira edição, que circulou em 2005, foi sucesso de público e seus 18 mil exemplares esgotaram-se em alguns meses. Desta vez, o ISA coloca 25 mil cópias na praça e doa 10 mil para bibliotecas e escolas públicas.

Os textos seguem a licença Creative Commons, que permite a reprodução para fins não comerciais.

Mais de 120 especialistas e jornalistas colaboraram para a nova edição do almanaque, organizada em 11 capítulos temáticos, 85 verbetes e dez ensaios fotográficos. Apesar da divisão em capítulos, o almanaque é bem sucedido em mostrar a interdependência entre as questões econômicas, ambientais e sociais — por exemplo, por meio de referências às mudanças climáticas.

A produção do almanaque — impresso em papel reciclado — contou com o apoio da AES Eletropaulo e da Lei de Incentivo à Cultura. O ISA promete nova versão, revista e ampliada, para 2009. (*FP*)



CORREIO

Tenho acompanhado os números desta revista e, invariavelmente, todos apresentam temas para construir significados que iremos atribuir à sustentabilidade.

Muitas informações retiradas das inúmeras reportagens apresentadas têm-se constituído elementos de reflexão sobre minhas práticas e conceitos. Nesse sentido, a revista é um excelente veículo transformador.

No número de outubro, a entrevista com Adalberto Veríssimo está excelente. Mostra o reverso, a insustentabilidade constante da Amazônia. Trouxe à tona um conceito com o qual eu trabalhava, o de "áreas de desequilíbrio estável", mas com muito mais clareza e força ao denominá-lo "zonas de pressão".

Parabéns ao Adalberto Veríssimo pela clareza de suas colocações e parabéns à equipe da revista Página 22 pelo seu precioso conteúdo.

Nereide Barioni Mazzucchelli
Território Desenvolvimento Global

A seção Correio está aberta à manifestação dos leitores e constitui um fórum aberto a idéias e opiniões relativas à sustentabilidade. Será publicada sempre que recebermos cartas que contribuam para esse debate. As mensagens podem ser enviadas para Al. Itu, 513, Cep 01421-020, São Paulo-SP ou redacao@pagina22.com.br. É necessária a identificação do leitor, se possível acompanhada de um endereço eletrônico.

SUSTENTABILIDADE

ENSINO NO PONTAL

A Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (Escas) abre as portas em 2008 para ajudar a fazer frente à carência de profissionais aptos a incorporar a sustentabilidade à gestão das organizações. Primeiro curso de mestrado profissionalizante da área no Brasil, a escola oferece 10 vagas para o próximo ano, com intenção de aumentar para 50 em dois anos, quando a construção de seu campus estará concluída. Parceria entre o Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê) e a Natura, as Escas vai funcionar em Nazaré Paulista, no Pontal do Paranapanema, área de atuação do Ipê.

"O curso difere de um mestrado tradicional porque não é feito para quem quer seguir carreira acadêmica", diz Cláudio Valladares Pádua, diretor científico do Ipê. "Mas para quem quer melhorar seu desempenho profissional".

A Escas nasce como uma instituição privada sem fins lucrativos, reconhecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e apoiada por um fundo criado pela Natura. A Capes não oferece bolsa de estudos para alunos de mestrado profissionalizante, mas a Escas está buscando parcerias para o crédito educativo e com empresas interessadas em "adotar" alunos. "O mercado está pedindo profissionais", garante Pádua. (*FP*)

EMPRESAS

ALÉM DA COMPRA DE INDULGÊNCIAS



Tornar-se carbono neutro é sinônimo de plantar árvores, certo? Errado. O processo para que uma empresa neutralize suas emissões de carbono é bem mais complexo. "Para que nosso discurso não ficasse vazio, como se a empresa estivesse aproveitando um tema que virou moda, procuramos divulgar um projeto com bastante consistência", afirma Daniel Gonzaga, diretor de pesquisa e tecnologia da Natura. O objetivo é reduzir em 33% as emissões atuais ao longo de cinco anos. "É uma meta agressiva, mas compatível com as mudanças de processos e aprimoramento de tecnologia em cada área de atuação da empresa", diz.

Um primeiro passo foi fazer o inventário das emissões, considerando, além do carbono gerado entre os muros da fábrica, a cadeia de fornecedores, o transporte, as viagens de seus executivos. Assessorada pela consultoria Fábrica Ethica, a empresa contabilizou 107.525 toneladas de CO_2 equivalente em 2005 e 120.492 em 2006, incremento que se deveu principalmente ao aumento da produção. O inventário será submetido à auditoria externa da DNV Brasil.

O segundo passo é a redução das emissões, por meio de medidas como maior uso de refil nas embalagens, utilização de gás natural na frota, troca de matérias-primas de origem mineral por vegetal.

Na terceira etapa, o que for não reduzido, será mitigado em projetos de compensação. "Não pela aquisição de créditos de carbono, que são como compras de indulgência", diz Gonzaga, " mas pelo investimento em projetos que contribuem para a redução de emissões e tenham componentes sociais". Para isso, a empresa lançou em outubro um edital público pelo qual irá selecionar projetos focados em reflorestamento, energias limpas e renováveis e outras iniciativas inovadoras. A empresa receberá inscrições até 30 de novembro. Os projetos escolhidos serão divulgados na segunda quinzena de dezembro, para entrada em operação no ano que vem. – *por Amália Safatle*

ERRATA ■ **Os créditos de duas fotografias publicadas na reportagem "Rolidei na Floresta", na edição 13, estão errados. Os créditos corretos são: Arquivo Agência Estado para a foto das páginas 34 e 35, e Ricardo Azoury/Pulsar Imagens para a foto da página 36.**

A reforma DA TOGA

POR AMÁLIA SAFATLE

Construído sobre pilares antigos e deturpado em suas práticas, o Judiciário precisa se reinventar no Brasil. José Renato Nalini, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, aponta como o exercício do Direito se perde em um ritual de processos e hermetismos sem que a demanda do cidadão seja efetivamente atendida. Enquanto isso, a indústria de diplomas na área contribui para que o País se transforme em um imenso tribunal, em vez de a sociedade buscar o entendimento pelo diálogo, fora das vias judiciais. Nalini, um dos criadores da Comissão de Meio Ambiente no TJ de São Paulo, acredita que o meio ambiente e o direito entre as gerações atuais e futuras são elementos capazes de provocar uma revisão na postura dos tribunais superiores.

PÁGINA 22: Já é chavão dizer que o Brasil tem uma lei ambiental de Primeiro Mundo, mas o problema está no cumprimento da lei. Qual é o grau de eficácia do Judiciário e o potencial de alcance diante dessa realidade?

JOSÉ RENATO NALINI: Não é só a lei ambiental. Temos uma Constituição de Primeiro Mundo. O que a Constituição reserva à família, à cultura, à livre iniciativa subordinada, aos princípios de desenvolvimento, de dignidade à pessoa humana, à proteção do meio ambiente etc., o tratamento retórico é perfeito. Não há a crença generalizada de que o direito penal é para os pobres, e quem tem bom advogado escapa de todos os males? E não são só os males da justiça criminal. Escapa da questão da justiça tributária, da sonegação. Quem tem dinheiro para comprar os melhores talentos vai se aproveitar de uma visão de Judiciário que é extremamente anacrônica. O Judiciário recruta seus integrantes nas faculdades de Direito. E a faculdade de Direito é a mais superada em termos de formação universitária. Este ano ela completa 180 anos no Brasil. Quando dom Pedro I quis fortalecer a burocracia do Novo Império, copiou Coimbra, que já era um modelo extremamente antigo. Veio para cá, continuou assim, e depois de 180 anos o que você tem? São 1.139 faculdades que replicam o ensino que era ministrado em Coimbra. As coisas compartimentadas, cadeira de civil, cadeira de penal, processo comercial, constitucional, administrativo, tudo separadinho. Não tem nada a ver com o mundo. Você estuda legislação, doutrina e jurisprudência. Não sai daquela coisa hermética. O Judiciário é o único poder da República que obrigatoriamente recruta seus integrantes de uma só faculdade. É obrigado ser bacharel em ciências jurídicas. O indivíduo passou cinco anos por isso, depois se preparou para decorar quase toda a legislação, doutrina e jurisprudência, para um concurso em que aparecem 5.800 candidatos. Vão sobrar uns 80. Quem ingressar tem todo o direito de achar que é uma pessoa excepcional. Aí ele entra com aquela mentalidade que Judiciário é um poder inerte, só age se provocado. O juiz não toma iniciativa nenhuma, fica esperando que venha uma provocação. O juiz não faz justiça, ainda é treinado para aplicar a lei ao caso concreto. Há uma premissa maior, que é a lei, e uma premissa menor, que é o fato. O juiz aplica a premissa maior à premissa menor e ali tem o resultado. É quase uma institucionalização do conflito, e não uma solução. Não há, necessariamente, coincidência entre Direito e Justiça. O modelo do Judiciário é esse: um poder encarregado de aplicar a lei a um caso concreto, sem responsabilidade com o resultado, com realizar justiça. Ele é bom juiz se aplicou a lei ao caso concreto.



BRUNO BERNARDI

Um Executivo que legisla e um Legislativo que julga fazem com que haja um **Judiciário que administre**

22: E como deveria ser?

JRN: Essa é a grande indagação. No momento em que o Legislativo abandona sua função de legislar, começa a julgar. Aí perde muito mais tempo em CPIs, que são atos de julgamento, do que na elaboração legislativa. Como falta norma, o Executivo legisla. O Executivo tem medida provisória, resolução, ordem de serviço, ato normativo, portaria. O que o Judiciário faz nessa situação? Começa de certa forma a administrar. Cada um vai tirando um pouco do poder do outro. Um Executivo que legisla e um Legislativo que julga fazem com que haja um Judiciário que administre. Como ele administra? Através de liminares, antecipação de tutela, o que hoje é uma indústria. Todo mundo quer obter uma liminar. Para complicar, temos um milhão de advogados, alguns milhares que não conseguem passar no exame da Ordem (*dos Advogados do Brasil*), e esse pessoal precisa sobreviver. O excesso de advogados gera conflito. Mas o advogado poderia ser o profissional da pacificação, o agente preventivo de litígios. Orientar o que deve ser feito. Se você tem algum problema, procura um advogado para se aconselhar. Mas nossa mentalidade é: se eu tenho um problema, vou procurar o advogado, aí tudo tem de ser levado para a Justiça. Hoje, o Brasil não sabe o tipo de justiça que quer. Não há consenso. Temos um modelo sofisticado demais para o País. Há cinco justiças, sendo duas comuns — Justiça Estadual e Justiça Federal — e três especiais — Justiças do Trabalho, Militar e Eleitoral. Tem 27 tribunais de justiça nos estados. O desenho ainda é federativo. Depois há vários tribunais regionais do trabalho, cinco regionais federais, 27 regionais eleitorais, vários tribunais militares e os superiores — Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Superior Militar. Não se pode falar o que é a Justiça brasileira. Você tem ilhas, e cada uma julga de acordo com a sua orientação, a sua realidade. Então ficamos com a pergunta: "O que é melhor: que haja segurança jurídica e uma camisa-de-força no juiz, para que ele seja um mero aplicador da letra da lei, ou que ele substitua a segurança da lei por seu próprio consenso de Justiça?" Não há resposta. Estamos em busca de um modelo.

22: O senhor propõe que o Tribunal de Justiça de São Paulo seja sustentável. O que isso significa, na prática?

JRN: Significaria, na prática, economizar cerca de 700 toneladas de papel por mês, para começar. Sabe quanto gastamos de papel? É um negócio astronômico. A administração do Tribunal nunca se preocupou com a atividade meio, só com a atividade fim, ou seja, o Judiciário existe para produzir sentença. Precisamos mudar essa orientação para entrarem na equação outras perspectivas. Quem sustenta o Judiciário é o povo. Se pudermos fazer o serviço melhor, com gasto reduzido, sobrará mais dinheiro para as outras coisas.

22: Isso em todas as áreas do governo.

JRN: Nas outras essa discussão já teve de ser feita. Os outros poderes começam a trabalhar com planejamento, e-governo, estratégia etc. O Judiciário, até agora, ficou imune, trabalha com a idéia "faça-se Justiça e pereça o mundo", não tem preocupação com o que está acontecendo. Mas tem de pensar também em ser mais eficiente. O princípio da eficiência foi colocado na Constituição depois de dez anos de ser promulgada. Foi colocado no artigo 37 só em 1998.

22: Eficiência em relação a quê?

JRN: Ao serviço público. O que é um serviço público eficiente? Primeiro aquele que seja adequado. Posso ter uma visão de adequação que não coincide com a de quem acha que adequado seja produzir sentença. Mas que sentença? Minha sentença resolve o problema? Responde àquilo que você pediu do Judiciário? Ou é quase um fator para te afligir mais? Você entra com uma ação e eu respondo assim: "Indefiro a inicial porque não atendeu o requisito tal do artigo tal". Você não vai ficar frustrado? No Brasil inteiro, o Judiciário tem uma percentagem enorme de decisões meramente processuais. Elas não chegam a entrar no mérito, você volta com seu problema para casa. Você transformou a regra do jogo em coisa mais importante do que resolver o problema.

22: Por que se chegou a isso? Foi porque se criou um mercado a partir da profusão das faculdades?

JRN: Sim. Por que precisa de um decodificador para falar com o juiz? Não se fala com o juiz pessoalmente no processo, é preciso um advogado, detentor da capacidade postulatória. Você não tem capacidade postulatória, tem de ter um intérprete entre você e o juiz.

22: É outra língua.

JRN: É. E esse é um fator de distanciamento da Justiça, de hermetismo, de tecnicismo exagerado, de formalismo.

22: Então, quando se fala em tribunal sustentável, se inclui tudo isso?

JRN: Inclui tudo. Inclui utilizar da tecnologia disponível para fazer com que se chegue à atividade fim de uma forma mais rápida, adequada e eficiente. Tem o sentido de valorizar o pessoal. Ou o que tem de relevante para o Judiciário é só o juiz? Outra coisa: tem de ensinar ao Judiciário conseqüencialismo, ou seja, qual será o resultado da decisão no mundo concreto. Quando eu soltar a decisão, o que vai acontecer? Hoje não se tem a menor preocupação com isso.

22: E com isso o cidadão comum pode acessar mais a Justiça?

JRN: Pode. O difícil não é o acesso, é a saída. Todo mundo entra, só que leva 20 anos para obter a decisão final. Começa no juiz, depois vai para o tribunal, que é uma casa de passagem intermediária, vai para o Supremo Tribunal de Justiça e para o Supremo Tribunal Federal. A sociedade deveria procurar recuperar a autonomia para resolver os seus problemas. Não podemos fazer com que haja um juiz em cada esquina, e que até questiúnculas sejam submetidas ao juiz. É um equipamento caríssimo, o juiz precisa de 30 a 40 funcionários para trabalhar com ele. Quando se cria um cargo de juiz, imediatamente se cria um cargo de promotor, aumenta o policial militar, o policial civil, o defensor público. A máquina jurídica fica gigantesca, fica um país que é um grande tribunal. Estamos caminhando para isso. Tudo é questão judicial. Tem de ensinar as pessoas a dialogar, a discutir. O juiz deveria ser um órgão que decide grandes questões e, assim, ele sinaliza onde está o Direito. O advogado deveria ser o conselheiro, o conciliador, o harmonizador, o negociador. A máquina precisa enxugar para produzir mais rápido. Se você e eu temos um problema, sentamos para conversar, você me conta suas desavenças e eu digo minhas razões, vamos começar a nos entender. Se chegarmos a um acordo, você se sentiu partícipe, está consciente de sua autonomia. Já quando você entrega ao juiz uma questão, está totalmente excluído do litígio.

22: Essa situação não reflete a falta de diálogo na sociedade?

JRN: Reflete a deformação jurídica. O Direito passou a ser uma coisa de especialista, quando deveria ser uma aspiração normal da sociedade. Só o juiz faz justiça? Estamos fazendo relações jurídicas o tempo inteiro, quando compramos uma entrada de cinema, uma roupa. Se você entrega para o juiz, institucionaliza um conflito, não está resolvendo. Você sabe que vai entrar numa maquininha, e vai sair no final com uma decisão da qual você não participou, você não pode fazer nada, a não ser através de uma linguagem jurídica, técnica. Vai sair uma solução totalmente heterônoma, é o Estado dizendo quem tem razão, e às vezes desagradando aos dois lados.

22: No Direito, passamos da defesa dos interesses individuais para os direitos difusos e estamos chegando na discussão intergeracional, entre as gerações. Tem uma linha de evolução?

JRN: Tem. Acho que a humanidade ainda não chegou a um consenso sobre o que seja Direito. É uma ferramenta de harmonização? É uma sensação de fazer aquilo que é normal? É lei ou fruto de uma construção diuturna que cada um faz dentro da sua casa, nas relações familiares, profissionais, dentro do seu círculo de amizades? Aparentemente a tendência é achar que Direito é lei, norma, código. Se for isso, a profusão legislativa num país como o Brasil mostra que a noção do que seja o justo está muito debilitada. Quanto mais lei você precisa, é porque se desconfia da conduta espontânea das pessoas. Será que precisaria estar escrito num código "não matar"? Mas

O difícil no Brasil não é o **acesso à Justiça**, mas a saída. Falta autonomia da sociedade para resolver os problemas

houve progresso, sim, porque como é que resolvíamos os problemas? Você olhava feio para mim, eu pegava o tacape e esmagava sua cabeça. Depois houve um progresso enorme com a Lei de Talião, que trouxe proporcionalidade. O que achamos, hoje, um negócio atrasado — "Olho por olho, dente por dente" — pelo menos tem uma medida. Se você me arrancou um dente, eu arranco um dente seu, não vou além disso. Depois, numa fase mais civilizada , é o seguinte: nós dois não temos condições de resolver, estamos com raiva, vamos entregar para um terceiro imparcial, que é o processo: é uma alternativa ética. Mas, demos tanta ênfase para o processo, que ele passou a ser mais importante do que o próprio Direito. Então mais vale ser esperto do que ter direito. Através da esperteza, da técnica, do domínio dos meandros. Deveríamos dar um passo atrás, para, quando retomarmos aquela alternativa do processo, restituirmos ao menos um pouco de autonomia às partes, para que elas possam encontrar outras formas de fazer justiça.

22: O senhor foi um dos criadores da Câmara de Meio Ambiente no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Quais são os objetivos da câmara?

JRN: A primeira discussão é se deveria se especializar ou não as questões ambientais em uma câmara. Acho que a especialização ainda é satisfatória, forma peritos nas questões. Exemplo: a Sabesp tem inúmeras ações ambientais. Quando eram pulverizadas por todas as câmaras do tribunal, a empresa ganhava uma, perdia outra, mas mais ganhava do que perdia. No momento em que centralizou, começamos a recorrer do procedimento da Sabesp e ela passou a perder tudo. A empresa foi cuidar de tratar melhor o meio ambiente: criou uma diretoria para o meio ambiente, começou a procurar a câmara para mostrar o que ia fazer.

22: Quando e como a câmara foi criada?

JRN: O tribunal abriu a oportunidade para todos os desembargadores que quisessem se inscrever. Inscreveram-se 15. A câmara começou a funcionar em novembro de 2005. A primeira coisa que verificamos é que quem defende o meio ambiente em São Paulo é praticamente só o Ministério Público, é só promotor com ação civil pública. Ação civil pública não existe apenas para ser exercida pelo MP, mas por associações, ONGs, indivíduos. Mas isso é raríssimo. Não há ainda uma motivação da comunidade para defender o meio ambiente. Quem defende o meio ambiente é um órgão público, com todos os obstáculos que são postos a um promotor do interior, que é obrigado a comprar briga quase sempre com grupos poderosos. Quem começa a questionar a queimada de cana-de-açúcar? É o promotorzinho contra o usineiro, que é o herói nacional, que dá emprego, que vai fazer etanol, que vai tirar o Brasil da lama. O promotor, quase sempre um jovem que entrou num concurso e está sozinho na comarca, começa com uma ação civil pública contra um grupo, em seguida o grupo contrata os melhores escritórios, e evidentemente a argumentação desses talentos é muito mais consistente. O Direito passa a ser um aliado da devastação, porque é uma coisa bem elaborada, densa, com bastante jurisprudência. Porque ainda existe esse antagonismo, de um lado o progresso, de outro, a preservação.

22: Essa mentalidade não está mudando?

JRN: Muito pouco. Por exemplo, agora temos várias questões de queimada de cana no órgão especial do Tribunal de Justiça, não na câmara ambiental, porque são os municípios que elaboram o código ambiental proibindo a queimada. Há argumentos risíveis. Por exemplo: "Essa grita contra a queimada é o mercado internacional querendo impor barreiras ao etanol brasileiro". O que você vai falar? O meio ambiente foi o primeiro direito intergeracional, ou seja, a primeira vez que o constituinte teve coragem de falar que há um direito que deve ser fruível pelas futuras gerações.

22: Quem falou isso pela primeira vez?

JRN: A Constituição de 1988. Está no artigo 225. Eu, quando vou julgar uma questão ambiental, não estou tratando de um interesse como se fosse você e eu discutindo um aluguel, uma dívida. Tenho de olhar que, de um lado, se não proteger o ambiente, vou impedir que haja vida no futuro. Tenho de ser uma espécie de tutor desse interesse que o constituinte colocou ali, não estou inventando. Tenho de, de certa forma, desequilibrar a igualdade para proteger o ambiente, porque dele depende o futuro da Terra. Não é um argumento lógico? Está escrito isso, é argumento jurídico. Há alguns princípios que são base do direito ambiental. Uma grande tese desse negócio das queimadas é a de que não há provas conclusivas de que a queimada seja ruim. Sempre houve queimadas, os índios já faziam a coivara, e as pessoas assim vivem desde 1500. Não há estatística de que pessoas tenham morrido por causa de queimada. Esse é um argumento. Agora, quando invoco o princípio da precaução, se uma coisa não está provada cientificamente, se há o risco, tenho que evitar. Outro princípio é o da prevenção. Em vez de deixar a coisa acontecer, tenho que segurar. Invocamos esses princípios e tecemos uma proteção mais efetiva para o ambiente. Outra coisa que temos trabalhado na câmara: o Brasil trabalha muito, no direito, com a questão do fato consumado. Exemplo: o Litoral Norte. Desmatou a Serra do Mar? "Agora não há o que fazer, é fato consumado." Não, agora vai demolir, recuperar, regenerar. Isso está causando uma espécie de perplexidade, um susto: "Mas vai derrubar?" Para nós, da câmara, o fato consumado é uma das teorias que prejudicam o meio ambiente. Tem de usar o conceito do poluidor-pagador, ou seja, quem polui tem de restituir aquilo que tirou da natureza, e pagar com juros aquilo que ela perdeu. A multa é simbólica, até porque não tenho nem condições de avaliar o mal causado.

22: Desde 2005, como esses casos têm sido julgados?

JRN: Quase todos em favor do meio ambiente, porque mesmo na câmara não há uniformidade. A Constituição fala de três coisas que são o alicerce do Direito no Brasil: direito adquirido, coisa julgada e ato jurídico perfeito. Direito adquirido é aquele que já foi incorporado, está no seu patrimônio. Se eu sou ameaçado de perder, por exemplo, o meu cargo, entro com um mandado de segurança e ele me dá uma liminar para eu manter o direito adquirido. Coisa julgada, a seu favor, é imutável. O ato jurídico perfeito é quando foi celebrado um contrato, ou praticado qualquer ato de acordo com a lei do tempo em que esse ato foi praticado. Passa a ser uma bandagem que ninguém mais mexe. O que fizemos em relação ao meio ambiente? Veja os casos concretos. O sujeito tinha um alvará para implementar um loteamento, de 1981, na Serra do Mar. Guardou o alvará e veio fazer agora o loteamento, com base nessa autorização do poder público, legal. Só que nós defendemos dizendo o seguinte: entre 1981 e 2007 há uma Constituição, a de 1988, que tornou o meio ambiente um bem da vida, que precisa ser zelado para as futuras gerações. Então isso derrubou o seu direito adquirido, o seu ato jurídico perfeito.

22: E ainda tem a lei da Mata Atlântica, de janeiro deste ano.

JRN: É, tudo posterior. Agora, fizemos isso aqui, mas não posso prometer que a decisão seja mantida no STJ. Aí ele entra com recurso especial, vai dizer ao STJ: "Veja o absurdo que o Tribunal de Justiça fez, passou por cima do direito adquirido, do ato jurídico perfeito". Falamos explicitamente: não há direito adquirido contra o meio ambiente. Não há coisa julgada em relação ao meio ambiente. Mesmo que ele tivesse, por exemplo, uma ação declaratória dizendo que esse loteamento foi regular. A licença, o alvará foi implementado, as diretrizes que ele obteve da prefeitura foram regularmente expedidas, e tem uma sentença, não há coisa julgada contra o meio ambiente. Estamos muito curiosos para saber o que vai acontecer. Isso pode ser um campo de experimentação para a revisão das posturas dos tribunais superiores, porque o tema ambiental é constitucional. Tanto chegará ao STJ como ao STF. E aí veremos como os ministros se portarão.

22: Vai haver um choque de mentalidade aí.

JRN: Ou pode ser que se convençam. O Supremo tem sete ministros novos.

4 Está na Constituição: o direito ao meio ambiente é intergeracional, deve ser **fruível pelas futuras gerações**

7 O usineiro contrata os melhores escritórios a favor da queimada da cana. O Direito vira **aliado da devastação**

SUSTENTABILIDADE S/A

O MUNDO CORPORATIVO ABRAÇA A EXPRESSÃO "DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL", ENQUANTO PESQUISAS DENUNCIAM A DISTÂNCIA ENTRE DISCURSO E PRÁTICA. ESPECIALISTAS EXPLICAM POR QUE MUDAR É TÃO DIFÍCIL

POR AMÁLIA SAFATLE

Chega o fim do ano e a "linha de produção" do Grupo Eco, empresa de brindes corporativos e eventos sustentáveis, está a todo vapor. Logotipos de seus clientes – as mais variadas empresas e instituições financeiras – estampam agendas, caixinhas e cestas de Natal, muitos deles acompanhados da expressão: "Responsabilidade Socioambiental".

Não faz muito tempo, em um dos encontros com cliente, Davis de Luna Tenório, sócio-presidente do Grupo Eco, ressaltava as características socioambientais do seu bufê de orgânicos quando o gerente de marketing da empresa, uma companhia de grande porte, o interrompeu: "Mas a ministra Marina Silva não é contra isso?" Ele não entendeu a pergunta. Até perceber que o executivo estava confundindo orgânico com transgênico.

O Grupo Eco é um dos raros *cases* empresariais do que se chama "inovação para a sustentabilidade". Não se trata de mais uma empresa buscando adaptar o sustentável à velha prática de fazer negócios. Ao contrário, ela é que nasceu adaptada a uma nova visão de mundo, com a estratégia 100% voltada à sustentabilidade, cadeia de fornecedores social e ambientalmente certificada e uso de matéria-prima renovável, entre outros atributos (*leia mais sobre organizações inovadoras à página 30*).

Quando Tenório iniciou os negócios, há cinco anos, mencionar o termo sustentabilidade era quase como falar com as paredes. Hoje,



MESMO COMPANHIAS MAIS FAMILIARIZADAS COM A SUSTENTABILIDADE NÃO RECONHECEM SEUS

IMPACTOS NEGATIVOS NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

E NA CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA, MOSTRA PESQUISA

diretores e gerentes de marketing, na maioria das grandes corporações, procuram o Eco, orientados pelo chefe de que "a empresa precisa ser sustentável" – ou parecer sustentável. "A expressão já não assusta mais. O problema agora é o entendimento", diz ele, que contabilizou crescimento 200% nas vendas da empresa entre 2007 e 2006, impulsionadas principalmente a partir de janeiro deste ano.

O problema de compreensão com o qual Tenório se depara no dia-a-dia foi captado em recente pesquisa realizada pelo Ibope, com 500 executivos no Brasil. Do total, 80% não entendem que a ética está relacionada com a prática socioambiental e apenas um terço afirmou que considera sustentabilidade uma questão estratégica para a empresa. Talvez porque a maioria acredite que preço e produto continuarão a ser os grandes *drivers* de escolha do consumidor, enquanto avalia que pagar impostos e encargos sociais são alguns dos fatores que mais impactam negativamente a empresa.

CHINA, UM SUCESSO

A pesquisa é também reveladora da visão de mundo dessa parcela do empresariado brasileiro. De uma base de 474 entrevistados, 74% concordam que a China é um caso de sucesso internacional, ao mesmo tempo que 51% admitem que o país não investe em desenvolvimento social e 78% entendem que ele não preserva o meio ambiente. Sinal claro de que o sucesso ainda é associado ao crescimento econômico e dissociado do desenvolvimento socioambiental.

"Nós fracassamos", desabafou o fundador do Instituto Ethos, Oded Grajew, diante da apresentação desses resultados à imprensa. Ele sabe que o universo pesquisado corresponde muito ao dos associados do instituto. O tom de Grajew talvez tenha sido muito dramático, uma vez que o Ethos já exerceu um importante papel de apresentar o tema e colocá-lo na agenda das empresas no Brasil. Inicia-se, agora, um trabalho tão ou mais difícil, que é o de convergir do discurso para a prática.

Outro estudo, realizado pela Fundação Dom Cabral, traz resultados igualmente preocupantes. De 134 empresas declaradamente comprometidas com responsabilidade social ou sustentabilidade – pela participação formal em grupos tais como Global Compact da ONU, Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa e Global Reporting Initiative (GRI) – convidadas a responder o questionário, apenas 30 o fizeram. Responderam os responsáveis pela estratégia da empresa.

Um dos resultados da pesquisa é que mesmo as companhias mais comprometidas ou familiarizadas com a "causa" não reconhecem os impactos negativos que geram na sociedade e no meio ambiente. "Para a maioria delas, os efeitos são positivos ou não existem", comenta Cláudio Bruzzi Boechat, professor da Fundação Dom Cabral.

O impacto no ecossistema, na água, na energia e na distribuição de renda, por exemplo, é tido como positivo. E nas mudanças climáticas foi considerado nulo, segundo a pesquisa. É verdade que a coleta de dados havia sido feita antes da última divulgação dos relatórios da ONU sobre clima, mas, mesmo assim, é de estranhar que as empresas já não estivessem informadas sobre a relação entre suas atividades e o aquecimento global.

Para Boechat, igualmente preocupante é que as empresas em geral não percebam ou admitam perceber o seu grande impacto econômico, que é o da concentração de renda. De certa forma, essa concentração é inerente à sua existência, é sua razão de ser. Por mais que gere empregos, pague impostos e preste um serviço à sociedade fornecendo determinado produto de que as pessoas precisam – esses seriam seus impactos positivos –, a empresa concentra capital financeiro, capital intelectual e tecnológico, recursos humanos e recursos naturais.

Ao transformar tudo isso em produtos e serviços, e receber dinheiro ao vendê-los, incluindo a margem de lucro, aglutina a renda gerada em sua volta. Essa é a forma de operar em um sistema capitalista – sem isso, simplesmente deixaria de ser empresa. Mas, por outro lado, não pode fechar os olhos a esse profundo impacto concentrador.

Outra constatação de especialistas como Boechat é que quase 100% do que a empresa movimenta em tempo e recursos ainda corresponde às antigas formas de operar e de ver o mundo. Segundo Joe Sellwood e Luís Iseppe, sócios da Rever Consulting, que há dois anos representa no Brasil a aliança Global Leadership Network (GLN), *grosso modo*, 97% da operação das empresas seguem o velho *script*, enquanto elas tentam plugar os outros 3% a práticas de sustentabilidade – isso em empresas que estão preocupadas com esse tema. Imagine nas demais.

A GLN é uma *joint venture* entre o Boston College e a consultoria AccountAbility, dirigida por Simon Zadek. Trata-se de uma rede mundial pela qual as companhias são orientadas e trocam informações de como colocar a sustentabilidade em prática, dentro de seu planejamento estratégico. No Brasil, entre as participantes estão Alcoa, Santander, Vivo e IBM. "As empresas entram por razões distintas, algumas por estar perdidas em relação ao que fazer", dizem os sócios da Rever.

"Elas são bombardeadas o tempo todo com novos conceitos e não sabem o que precisam incorporar de fato", diz Sellwood. Segundo Iseppe, o presidente chega à conclusão de que é necessário abordar a sustentabilidade, embora nem saiba exatamente o que isso significa. Resolve nomear alguém para tratar disso. A primeira reação dessa pessoa é buscar uma norma, um procedimento. "Aí ela chega com um calhamaço de material e vê que não consegue implementar, até perceber que não existe mesmo um padrão." Ou seja, cabe a cada empresa buscar o seu caminho e descobrir seus pontos estratégicos. Para isso, precisa investir, além de dinheiro, energia, atenção e foco. A GLN existe justamente para ajudar a encontrar o foco. São identificadas cinco bandeiras estratégicas – por exemplo, logística ou cadeia de fornecedores.



UM AVANÇO

"De alguns meses para cá, e isso é uma novidade, percebo que as empresas começam a entender que não dá para fazer tudo de uma vez, que é necessário escolher os pontos fundamentais e começar por eles. Sem conhecer esse conceito, intuitivamente estão entendendo a importância da materialidade", afirma Iseppe. Materialidade significa identificar na operação os impactos que realmente afetam os negócios e a sociedade.

Segundo Sellwood e Iseppe, uma medida para avaliar o sucesso é quando a empresa deixa de tratar o tema da sustentabilidade separadamente, e o incorpora ao dia-a-dia.

O MUNDO CORPORATIVO ESTÁ PULANDO DE UM CONCEITO SEM TER ABSORVIDO O ANTERIOR. PASSOU PARA A ONDA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL SEM TER

INCORPORADO A DE QUALIDADE, DIZ ESTUDIOSA



A Philips – companhia que, como a Basf, já integrou a GLN – criou um departamento de sustentabilidade para a América do Sul, gerenciado por Flávia Moraes. Ela busca aplicar em seu trabalho a definição de sustentabilidade da Comissão Brundtland, ou seja, atender às necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras (*leia entrevista com Gro Brundtland à pág. 58*). "Advogo que ter um departamento de sustentabilidade ainda é bom, mas acredito que em um futuro distante não será mais necessário, quando o tema estiver plenamente incorporado na empresa", afirma ela. "Quando surgiu o conceito da qualidade, também foi preciso criar um posto de gerente para isso, mas aos poucos essa função tem sumido".

Do tempo da "qualidade total" para cá, é possível traçar uma linha evolutiva ou, na palavras de Boechat, uma "expansão de percepção". A qualidade expandiu a percepção da empresa para o cliente. A partir daí, ela começou a enxergar para fora de seus muros, interagindo com mercado, concorrentes, fornecedores, o que levou ao desenvolvimento de cadeias produtivas, *clusters* e arranjos produtivos locais.

Depois, expandiu a percepção para a responsabilidade social, enxergando, além do mercado, sua participação e função na sociedade. No passo seguinte, até os dias hoje, a sustentabilidade entrou pela vertente ambiental, englobou os conceitos anteriores e propôs conectar a empresa à situação planetária, aos limites físicos da Terra, aos ciclos da natureza e à idéia das gerações futuras.

A responsabilidade no sentido amplo, entretanto, é um conceito que deve perdurar nessa linha do tempo, uma vez que "res" significa "coisa", e "ponsibilidade", equilíbrio. Isso, segundo Boechat, significa buscar equilíbrio na relação entre *stakeholders* (as diversas partes da sociedade com as quais a empresa se relaciona), na relação entre produção e conservação ambiental, e na dualidade competição/cooperação. "As empresas foram criadas com fins lucrativos, para ter capacidade de competir, e não para cooperar." Mas, quando outros segmentos da sociedade esperam mais que a geração de lucro, começa a cobrança por um espírito mais cooperativo. A natureza é um bom modelo disso, onde se manifestam tanto as forças de competição – que levam à evolução –, como as de cooperação.

É aqui que se retoma a clássica discussão sobre o papel da empresa e seu compromisso com o acionista, no âmbito da governança corporativa. A governança imprimiu códigos de boa prática, enfatizando transparência e ética, valores que caminham na direção da sustentabilidade. Mas, na medida em que a empresa se dispõe a abrir mão de lucros mais imediatos em razão dos resultados de longo prazo, começa a haver um conflito entre um dos *stakeholders*, que é o acionista, e a política de sustentabilidade da empresa. O mesmo vale para seus executivos, que, em geral, enfatizam resultados imediatos para impulsionar suas carreiras. "Com a Lei de Sarbannes-Oxley, que fortalece a governança corporativa e torna essa máquina mais azeitada, o conflito se acirra", observa Boechat.

Como lembra Carlos Eduardo Lessa Brandão, coordenador do Centro de Pesquisas e Conhecimento do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a externalidade (impacto negativo de uma operação da empresa que não é assumido por ela) é considerada boa do ponto de vista do acionista, pois faz com que o lucro da empresa seja preservado, enquanto a sociedade paga a conta. "Um dos dilemas existenciais da empresa é este: o acionista tem mais direito que o não acionista?", diz. Discussão que remete novamente à necessidade de equilíbrio – ou responsabilidade – entre as partes.

Para as companhias "em crise existencial", Thomaz Wood Jr., professor titular da FGV/Escola de Administração de Empresas de São Paulo, afirma que "há cada vez mais consumidores e acionistas sensíveis a questões relacionadas à justiça social e ao meio ambiente. E também acionistas que não são sensíveis, mas sabem o estrago que pode ocorrer no preço da ação se a empresa for denunciada por práticas social ou ambientalmente condenadas".

Além disso, os fundos de investimento socialmente responsável estão em expansão ao redor do mundo, buscando justamente as ações de companhias orientadas para a sustentabilidade e com ativos duradouros. E, segundo Maria Ester de Freitas, também professora titular da FGV-Eaesp, "está cada vez mais claro que o foco apenas nos interesses de curto prazo atenta contra a própria vida da empresa, como bem demonstram vários escândalos empresariais divulgados pela imprensa mundial nos últimos anos".

Está aí um bom ponto de discussão para o 8º Congresso Brasileiro de Governança Corporativa, marcado para 12 e 13 de novembro, e tem como tema "Sustentabilidade e Governança – Estratégia para a Perenidade das Organizações". No evento, será divulgado um guia, coordenado por Brandão, com participação de diversos representantes da sociedade civil, que explica o conceito ao investidor e empresário e mostra a correlação entre a sustentabilidade e o sucesso das empresas.

Segundo Thomaz Wood, nessa linha evolutiva a tendência é que as empresas se tornem sistemas mais abertos, porosos e influenciados pela sociedade. Para ele, dado seu peso na economia e sua influência sobre outras esferas da vida, há uma coevolução em curso: sociedade e empresas se influenciam mutuamente, alterando valores, comportamento e padrões de consumo. "O alerta a ser dado é que nem sempre os interesses são convergentes. Por isso a sociedade não pode abdicar de exercer controle sobre as organizações", afirma o professor, que intui a existência de diferentes graus de adesão às novas práticas, no quadro "Quem é você?", à página 24.

SISTEMA VIVO

Assim como no IBGC, que reúne representantes do *mainstream* econômico, a sustentabilidade começa a entrar em fóruns como o do Prêmio Nacional da Qualidade, que tradicionalmente laureia o setor empresarial. Os fundamentos da premiação, que até então eram basicamente a qualidade, na edição de 2006 passaram a incluir a capacidade de "atuar como sistema vivo em ecossistema complexo".

Mas, para Maria Ester de Freitas, da FGV, as empresas estão pulando de conceito ainda sem ter plenamente absorvido o anterior. "Penso que não apenas os termos 'sustentabilidade' e 'responsabilidade social' não tenham ainda sido compreendidos. A própria 'qualidade' tem deixado a desejar em muitos sentidos", afirma.

Ela cita exemplos: do ponto de vista do cliente, a qualidade do atendimento hoje, predominantemente eletrônico, "é um desastre e uma falta de respeito com o consumidor". Do ponto de vista do trabalhador, a qualidade de seu tempo no trabalho não raro piorou em

EMPRESÁRIO E ACIONISTA NÃO SÃO OS ÚNICOS RESPONSÁVEIS PELAS EXTERNALIDADES.

GOVERNO, CONSUMIDOR E TRABALHADOR TAMBÉM ALIMENTAM A PRODUÇÃO QUE GERA IMPACTOS NEGATIVOS

virtude da maior competição, pressão por metas e ameaça permanente de desemprego. Do ponto de vista pessoal, a qualidade de vida fora do trabalho tem sido sacrificada e o lazer ainda é tratado como supérfluo e não como uma necessidade para preservar a saúde física e mental.

Se os primeiros passos nessa linha evolutiva, que não pediam mudanças profundas no jeito das empresas de operar e entender o mundo, ainda apresentam problemas, o que dizer do atual desafio, que exige mudanças estruturais? E como isso deve acontecer num mundo corporativo que se deixa levar por modas gerenciais, como foram nos anos 90, além da qualidade total, a reengenharia, o comércio eletrônico, a terceirização?

A palavra 'paradigma', exemplifica Maria Ester, hoje aparece freqüentemente na fala de muitos dirigentes de empresas para se referir a alguma mudança de meios, métodos ou formas de fazer. "Só isso. Mas ela tem um sentido muito mais complexo e profundo, que implica um acordo sobre uma forma de ver o mundo, agir sobre ele ou estudá-lo." Para ela, o mesmo se dá em relação à palavra sustentabilidade – ou desenvolvimento sustentável –, que passa a ser tratada apenas como ferramenta de gestão ou ponto de chegada, e não como uma profunda mudança de mentalidade, uma construção permanente, uma opção pelo futuro, e que envolve frentes simultâneas como meio ambiente, comunidades, direitos humanos, governança.

VERDADE INCONVENIENTE

Por que é tão difícil mudar o paradigma de fato nas organizações, fazer com que a sustentabilidade entre no seu *core business*? "De certa forma, a opção pela sustentabilidade é uma aposta ou um ato de fé no futuro que você não vai ver. E pensar o futuro é difícil – e inconveniente – porque a gente assume que não estará aqui, portanto, assume a morte", responde a professora.

Além disso, ressalta Paulo Durval Branco, da consultoria Ekobé, há um choque brutal de pensamentos. De um lado, a visão sistêmica do mundo; de outro, o modelo mental das empresas que impera sob a lógica de Descartes – segundo a qual mente, corpo, espírito e emoção estão em caixinhas separadas. "As empresas seguem esse modelo cartesiano, reducionista e fragmentário. A visão de Descartes é de dominação da natureza pelo homem, a partir do momento em que o homem enxerga a natureza como 'o outro'."

Modelos de gestão menos rígidos e hierarquizados, segundo Branco, estariam mais alinhados à prática da sustentabilidade nas organizações. Um deles é o da sociocracia (*leia entrevista à pág. 32*), que tem sido aplicada na construção da terceira geração de normas ISO, a 26000, discussão na qual se busca um entendimento entre diversos *stakeholders*, que têm visões discordantes entre si.

Mas além dessas razões de cunho interno, há razões externas à empresa. Apesar de ser causadora de grandes impactos econômicos, sociais e ambientais, a organização não faz isso sozinha. "Quando a gente fala em externalidades, acha que só o empresário ou acionista se beneficiam disso. Não é verdade", afirma José Carlos Barbieri, professor da FGV-Eaesp.

Por exemplo, quando se critica a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia, há outros atores em jogo. O governo atual não quer se submeter ao vexame do "apagão", como aconteceu com FHC. A indústria também quer energia barata para produzir. E o consumidor quer energia para ter acesso aos produtos – e a produtos baratos. Tudo isso "conspira" a favor das hidrelétricas.



O mesmo ocorre quando a sociedade civil defende banir o uso de carros. A Central Única dos Trabalhadores quer emprego nas fábricas de automóveis. A indústria automobilística, obviamente, quer produzir e vender cada vez mais. E o governo age como um importante parceiro dessa indústria porque recebe grande volume de recursos na forma de impostos.

Essa dinâmica capitalista, que aparentemente funciona muito bem, mas é insustentável, ainda é favorecida por um ambiente regulatório que inibe mudanças. "O não-surgimento de uma nova cultura corporativa na velocidade necessária da emergência socioambiental deve-se muito aos atuais incentivos de mercado e sua regulação", afirma Ricardo Young, diretor-presidente do Instituto Ethos.

"A legislação trabalhista, por exemplo, contempla muito a segurança do trabalhador e sua liberdade de associação. Mas não trata da 'camada" da sustentabilidade, que inclui trabalho decente, interlocução, salubridade. Há toda uma nova geração de regulações a ser feita", diz.

Outro caso é o da reciclagem, lembra Branco, da Ekobé: o lixo reciclado, ao contrário do produto virgem, é bitributado, enquanto há uma série de subsídios que estimulam indústrias poluidoras.

OVO E GALINHA

Por isso, segundo Young, para que haja mudanças de paradigma, é preciso que a sociedade caminhe junto. Mas deve partir de pelo menos um setor a faísca que "incendeia" os demais. Em geral, ela tem partido da sociedade civil organizada,

QUEM É VOCÊ?

GRUPOS DE EXECUTIVOS E SUAS DIFERENTES VISÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE

1 Talvez tenham visto alguma entrevista do Al Gore na TV, mas não relacionam o conteúdo com seu trabalho de forma coerente. São a maioria dos executivos

2 Tratam o tema como uma chateação que deve ser enfrentada com o menor esforço possível, para não comprometer os negócios e a imagem da empresa. São muitos

3 Percebem a onda como oportunidade de carreira e de negócios e abraça a causa, até que nova onda surja

4 Convertidos, misturam vida pessoal e profissional e, se forem comunicadores talentosos, tornam-se líderes e porta-vozes da causa. São minoria

5 Têm habilidade rara: a visão de longo prazo. Conseguem pensar no futuro de sua organização relacionando-o com mudanças demográficas, sociais, culturais e ambientais. São poucos

FONTE: THOMAZ WOOD JR., PROFESSOR TITULAR DA FGV

até porque pressionar por mudanças é sua característica. O que não exime as empresas de assumir um papel mais proativo.

O caso do enxofre no diesel é emblemático. O Brasil, na contramão de países desenvolvidos, tem uma das mais altas taxas de enxofre no diesel, fabricado pela Petrobras. São 500 partes por milhão, enquanto o parâmetro internacional é de 50 ppm. Uma campanha encabeçada pelo Movimento Nossa São Paulo – Outra Cidade cobra a redução da taxa, comprovadamente responsável por prejuízos à saúde e até mortes.

Mas, segundo Luís Cesar Stano, gerente de desempenho em segurança, meio ambiente e saúde da estatal, para se reduzir é preciso uma regulamentação do mercado, por parte da Agência Nacional do Petróleo. Ele argumenta que não adianta a Petrobras investir nisso se a indústria automobilística não se adaptar anteriormente à mudança. E a indústria alega que só fará mudanças depois da regulamentação, e que precisa de tempo para adaptar os motores. "Os consumidores também terão de pagar pela redução, pois o custo dos investimentos será repassado a eles. Por isso, a sociedade toda precisa estar engajada", afirma Stano.

O mesmo vale para a substituição de combustíveis fósseis por renováveis ou menos poluentes. "A Petrobras tem de manter sua lógica econômica. Não adianta colocar na praça um produto menos poluente e mais caro se o consumidor não estiver disposto a pagar por ele."

Mas se a Petrobras é uma empresa estatal, não caberia a ela atuar como instrumento de uma política pública que provoca mudanças, em vez de se entregar às leis de mercado? Stano responde que a companhia hoje é muito *business oriented*, e atua em uma sociedade de mercado, na qual o uso de subsídios não é uma política sustentável.

Enquanto a Petrobras, a ANP e a indústria automobilística aguardam umas às outras, o enxofre continua no diesel.



PODER DE EROTIZAÇÃO

Responsável pelo *branding* de organizações como Natura e ABN Amro Real, o publicitário Ricardo Guimarães tem uma visão bem particular do tema. Para ele, a questão é que a sustentabilidade entrou no mundo corporativo pela porta da *accountability*, a prestação de contas. Foi motivada pela culpa, na busca de licenças para operar. "Com isso, a sustentabilidade perdeu o poder de erotização, com as empresas tendo de fazer algo, e não querendo fazer algo. Assim, não ingressou no planejamento estratégico", afirma.

Mas, para ele, começa uma nova fase em que não se buscará mais o produto "menos ruim", e sim produtos bons. "A Eco-92 falou do dever. Entramos agora na fase do poder, em que empresas começam a enxergar a sustentabilidade como oportunidade", diz. Por isso, Guimarães não considera ruim o tema de entrar no radar dos departamentos de marketing, uma vez que lá pode ser explorado o seu aspecto sedutor.

Enquanto isso, as companhias voltadas à sustentabilidade vivem conflitos existenciais diariamente. "No relatório GRI (*Global Reporting Initiative*) da Natura, a empresa enfatiza a redução do consumo de água. Ao mesmo tempo, quando mostra o aumento das vendas, indica que aumentou o consumo", exemplifica Young, do Ethos. "Como lidar com essa contradição?", questiona ele.

A Amanco, fabricante de tubos e conexões adquirida do Grupo Nueva, com base no Chile, pela mexicana Mexchem, foi fundada por um dos criadores do Conselho Mundial de Desenvolvimento Sustentável, Stephan Schmidheiny. Todos os funcionários são avaliados segundo o *triple bottom line*, ou seja, pelo seu desempenho econômico, ambiental e social, informa Marise Barroso, diretora corporativa de marketing.

A empresa ainda persegue metas de ecoeficiência, busca respeitar a comunidade no entorno, seleciona fornecedores de acordo com atributos socioambientais e busca a geração mínima de resíduos. Mas como lida com a idéia de que sustentabilidade não combina com crescimento? Marise não tem muito o que responder, a não ser que se busca reduzir os impactos e cumprir um papel social fornecendo soluções para países em desenvolvimento que não atingiram condições mínimas de saneamento.

Na Unilever, um calcanhar-de-aquiles é a geração imensa de embalagens, que se transformam rapidamente em lixo pela sociedade de consumo. Resíduos sólidos, água, energia e aquecimento global são os temas ambientais que entraram no radar do GRI da empresa. Elaine Molina, gerente de responsabilidade social, afirma que se tem buscado aplicar critérios de *ecodesign* às embalagens, com diminuição no tamanho, e reduzir as emissões de poluentes por meio da substituição energética nas fábricas pelo bagaço de cana-de-açúcar. Outra medida é a preocupação com o pós-consumo, por isso a empresa participa do programa de coleta seletiva na rede Pão de Açúcar.

A iniciativa da reciclagem é louvável, mas, como questiona Barbieri, da FGV, não se trata de mais uma forma de reduzir a culpa e manter a licença para operar, assim como se adere a projetos de neutralização de carbono?

Nem tudo, entretanto, é só redução de passivo, ou culpa. Para Young, do Ethos, pode estar em esboço um movimento de reconhecimento do ativo da sustentabilidade, talvez mostrando que ela começa a se tornar sedutora, como quer Guimarães. "Interessante observar que empresas com esse histórico, como o ABN, estão sendo compradas", afirma Young. (O holandês ABN Amro foi comprado no início de outubro pelo consórcio formado por Santander, Royal Bank of Scotland e Fortis).

A Serasa é outro exemplo, absorvida em julho pelo grupo irlandês Experian. A Amanco foi adquirida em fevereiro, e a compra levou a uma alta significativa na ação da Mexchem. Pode ser mera coindência, ou o reconhecimento de que empresas com esse perfil acabam sendo mais bem geridas.

Para Young, embora o Santander tenha uma cultura centrada em custo, pagou pelo *good will* de sustentabilidade do ABN, ainda que o motivo da compra tenha sido puramente a expansão dos negócios no mundo. O que fará com essa política é por ora desconhecido. A reportagem procurou o Santander no Brasil, mas por meio de sua assessoria de imprensa o banco informou que não comentaria o assunto. Segundo Guimarães, "se o grupo espanhol não for arrogante e estiver lendo os jornais, saberá manter esse ativo".

O PUBLICITÁRIO RICARDO GUIMARÃES NÃO CONSIDERA RUIM A SUSTENTABILIDADE ENTRAR NO RADAR DO MARKETING, ONDE PODE

EXPLORAR SEU ASPECTO SEDUTOR

E SER VISTA COMO OPORTUNIDADE

MARISTELA BERNARDO



JORNALISTA, SOCIÓLOGA E CONSULTORA INDEPENDENTE

O tempo E JUDITH, a ecoespiã

POR MARISTELA BERNARDO

Nos idos de 80 do século XX, vivia-se, como hoje, um aumento das preocupações ambientais. O tema ganhava *status* político e institucional e cresciam no planeta a conectividade e a organização do movimento ambientalista. Em 1987 surgiu o relatório *Nosso Futuro Comum*, produzido pela Comissão Brundtland e marco na abordagem integrada da crise ecológica e de seus fundamentos econômicos e sociais. Naquele mesmo ano, a Organização das Nações Unidas criou grupo de trabalho para estudar as mudanças climáticas globais. O efeito estufa entrava no vocabulário de milhões de pessoas, assim como biodiversidade, conservação e o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, a Constituinte era o primeiro grande acerto político pós-ditadura. O *lobby* ambientalista impactava por ser uma novidade barulhenta, criativa, com capacidade de negociação e pressão, ancorado no debate internacional e na denúncia de problemas como poluição das águas, extinção de espécies, o risco nuclear de Angra.

Nesse cenário, circulava uma figura discreta, pequena, com seu sotaque português, cabelo de moça antiga, repartido de lado e com a franja domada por uma presilha na lateral. Com bom humor e ânimo permanentes, Judith Cortesão arrebanhava o que chamava de "ecoespiões", em apoio à costura parlamentar de Fabio Feldmann para aprovar o capítulo "Do Meio Ambiente".

Em 25 de setembro de 2007, Judith morreu em Genebra, aos 92 anos. Para quem não conheceu seu encantamento, ela materializou a idéia da sabedoria integral, visceralmente vivida. Filha do historiador português Jaime Cortesão e viúva de Agostinho da Silva, Judith formou-se em Medicina, Antropologia, Letras, Biblioteconomia, Meteorologia, Climatologia e Biologia. Lecionou em 16 universidades e fez a síntese atuando na área da Ecologia e na busca da inteireza da relação seres humanos–natureza. Passou aqui boa parte da vida. Foi fundadora e consultora de ONGs, trabalhou no setor ambiental federal e foi referência em questões ligadas à ecologia marinha.



Ajudou na concepção e criação de coisas tão diferentes quanto o programa *Globo Ecologia* e o Centro de Informação e Formação de Médicos e Cirurgiões de Doenças do Aparelho Locomotor do Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília. Nos seus últimos anos no Brasil, dedicou-se a criar e implementar o curso de pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Essa é a Judith, digamos, do *curriculum vitae*. Mas não revela o essencial, que ficou impresso na história de milhares de pessoas que ela influenciou. Como diz Bruno Pagnoccheschi, hoje diretor da Agência Nacional de Águas: "Judith pegava qualquer pessoa, fizesse o que fizesse, fosse de que área fosse, e a inseria num contexto maior. Eu era um engenheirão cheio de regras e cercas e ela me despertou a consciência de que as pessoas têm de fazer parte do mundo, não se encolher".

Para ele, o "efeito Judith" talvez se explique em parte pelo amor que ela dedicava à poesia, pelo olhar sobre as coisas. "Algo assim como Adélia Prado e Cora Coralina: o que parece banal, que se vê todo dia, volta transformado. Elas mostram as coisas além do visível, dos critérios de importância e desimportância que costumamos aplicar."

Meu contato com ela foi marcante e formador, sobretudo durante a Constituinte. Simples e frugal, Judith não era professoral nunca, não constrangia ninguém com sua bagagem acadêmica e intelectual, não tinha pose. Conversava com todos, de crianças a ministros, com a mesma generosidade e interesse. Gostava de pessoas e achava sempre alguma graça nelas. Via além de limites e alinhamentos ideológicos, estéticos, etários, profissionais; das discriminações que em geral usamos para defender nosso espaço, nosso "lado" na vida. Judith não respeitava essas fronteiras, não vetava ninguém. Sofreu algumas birras de burocratas, a quem enlouquecia com seus métodos heterodoxos de agir dentro do Estado, mas parecia não se importar.

O MOMENTO É BOM PARA PENSAR SOBRE A CAPACIDADE DE ACEITAR AS DIFERENÇAS DE FATO. E NÃO COMO **JOGO DE APARÊNCIAS** QUE ATUALIZA ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO **E DISFARÇA A ARROGÂNCIA** SOB O DISCURSO POLITICAMENTE CORRETO

A passagem dessa mulher excepcional pelo Brasil foi sempre de um frescor, de um viço únicos. Suas lições estão menos nos livros que escreveu e nas instituições que idealizou do que na vida das pessoas que tocou, muitas vezes sem que elas se dessem conta.

NEM DE UNS NEM DE OUTROS

O tempo decorrido desde a Constituinte registra avanços importantes. Ficou mais clara a identidade comum das questões ambientais, sociais e econômicas. Também caminhou o diálogo entre setores (ou parte deles) que se tratavam como inimigos inconciliáveis (ou quase), como empresariado, governos e organizações da sociedade civil. Já se entende que o mundo não será nem de uns nem de outros e, portanto, é melhor sentar pra conversar e dedicar esforço e tempo para transformar esse encontro em paradigmas mais civilizados e sustentáveis.

O momento é bom para pensar na atualidade de Judith Cortesão. Sobre a capacidade de aprender com as diferenças e aceitá-las de fato, não como jogo de aparências que atualiza estratégias de dominação e disfarça a arrogância sob o discurso politicamente correto.

O que Judith chamava de "ecoespiões" era uma brincadeira para apontar a importância de ouvir, conhecer e entender aquele que você considera seu adversário. Outra lição é a de não reverenciar fronteiras, porque elas não existem de fato. Quase sempre são apenas espaços de poder que se diluem na consciência da conexão entre tudo o que existe. Em 2001, ao jornal *Mundo Jovem*, de Porto Alegre, Judith disse, sobre os grandes desafios ecológicos do século XXI: "O primeiro desafio é o ético, coletivo. É indispensável que o homem vivencie, sinta que pertence a uma rede de vida e que esta rede se sustenta pela participação de todos. (...) Nós não somos muitos, nós somos um só".

ANDRÉ CARVALHO



PESQUISADOR DO GVCES, DOUTORANDO E MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS PELA FGV-EAESP

Razões que a INOVAÇÃO DESCONHECE

POR ANDRÉ CARVALHO

A LITERATURA SOBRE O TEMA RESPONDE MAIS À QUESTÃO **"COMO INOVAR"** DO QUE **"PARA QUE INOVAR"**. LIVRO RECÉM-LANÇADO BUSCA PREENCHER ESSA LACUNA

No recém-lançado documentário *Encontro com Milton Santos — Ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá*, de Silvio Tendler, o eminente pensador brasileiro vaticina ser a doutrina do consumo o principal e mais preocupante fundamentalismo do século XXI. Entendida como exagerada, desmedida ou mesmo mero exercício retórico, a sentença de Milton Santos aponta para um tema central dos nossos dias, considerado por muitos como condição necessária ao crescimento econômico dos países, e por outros como o símbolo da desigualdade e principal componente da crescente pegada ecológica de nossa civilização.

Embora seja assunto candente, já no final do século XVIII o tema consumo (de alimentos) emergiu como preocupação da civilização ocidental, e mesmo que as previsões de Malthus tenham ocorrido em situações localizadas, suas afirmações pessimistas não se confirmaram em escala global, por diversas razões. Entre elas a associação entre ciência e tecnologia nas últimas décadas do século XIX, resultando em inovações científicas e técnicas que viabilizaram métodos de produção em massa.

As discussões sobre consumo vêm sendo mantidas em brasa ardente ao menos desde o fim da década de 1960, quando se passou a questionar o modelo que explica a degradação ambiental do planeta como resultado da pobreza de alguns povos de países não desenvolvidos. Novas variáveis foram incorporadas a essa equação, como o nível de afluência das sociedades, os valores culturais que se espelham nas decisões de consumo, e o nível de evolução das tecnologias empregadas nos processos produtivos de seus parques industriais.



Muitos crêem que este último componente, que reflete a capacidade humana de inovar continuamente, sempre vai atenuar ou mesmo compensar o impacto ambiental crescente, a despeito do crescimento populacional e do incremento dos níveis de consumo de quem já acessa bens e serviços em níveis satisfatórios e daqueles que são convidados a desfrutar do banquete, com a crescente e necessária atenção dada por organizações aos mercados de baixa renda.

O tema inovação tem sido vastamente discutido pelos principais pensadores ligados à área de estratégia empresarial, e estabeleceu-se como um pilar fundamental da busca por vantagens competitivas que podem assegurar longa vida às corporações.

A pesquisa sobre esse tema, do ponto de vista econômico, surge no início do século XX, por meio das publicações do economista austríaco Joseph Schumpeter, para quem o conceito de inovação diz respeito às distintas possibilidades de introdução de novidades no sistema econômico e à alocação de recursos produtivos em usos não experimentados, resultando em novos produtos e processos de produção, ou estabelecimento de novas organizações e estruturas de mercado. Inovação é, nessa abordagem, sinônimo de progresso econômico.

Com a emergência dos desafios socioambientais no século XXI, tornou-se ainda mais relevante o papel das organizações, em especial das empresas, como agentes propositores de novas abordagens e soluções para o atendimento das demandas de sociedades que se encontram em distintos estágios de desenvolvimento.

Nesse contexto, em que a busca por modelos de desenvolvimento sustentável é meta central dos esforços de diferentes atores econômicos e sociais, os motivos que levam uma organização a inovar mostram-se tão ou mais relevantes do que os passos executados para a implementação de inovações. Contudo, na literatura relativa a esse campo de conhecimento, os estudos que enfocam a questão "para que inovar?" mostram-se mais escassos do que aqueles destinados à pergunta "como inovar?"

As organizações são peças fundamentais para que nos aproximemos de um modelo de desenvolvimento socialmente includente, ambientalmente adequado, tecnologicamente prudente e economicamente eficiente. É essa a temática central do livro *Organizações Inovadoras Sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações*, de José Carlos Barbieri e Moysés Simantob, professores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas ligados ao Fórum de Inovação, que apresenta o trabalho de 11 pesquisadores em busca de respostas à pergunta "O que pode ser entendido como uma organização inovadora sustentável?"

CARA E COROA

Ao longo do trabalho são levados em conta tanto os fatores internos às empresas, que condicionam seus desempenhos em realizar inovações no ritmo necessário à manutenção da própria competitividade, quanto aspectos externos, capazes de contribuir para que se mantenham competitivas de forma duradoura, tais como as características das cadeias produtivas, o quadro regulatório e o ambiente de ciência e tecnologia.

O conteúdo da publicação é valioso pelo cuidado em apresentar um rico referencial teórico para os interessados em inovação e desenvolvimento sustentável, e também por examinar conjunturas setoriais fundamentais à compreensão da temática e acrescentar uma meticulosa discussão do caso Embrapa, simbólico em nível nacional e internacional.

Seja ou não o consumo o principal fundamentalismo do século XXI, como apregoou Milton Santos, há, no campo de atuação das organizações públicas e privadas, um vasto caminho a ser trilhado rumo a modelos de desenvolvimento sustentável.

Como afirma Barbieri: "Para serem parceiras desse esforço, as organizações devem se tornar inovadoras e sustentáveis, entendendo que a palavra 'sustentável' está relacionada com uma concepção socioambiental de desenvolvimento e não apenas com o sucesso na obtenção de condições de competitividade, que é um dos sentidos triviais dados ao termo. Organizações sustentáveis e inovações sustentáveis são cara e coroa da mesma moeda".

Movida a TRANSPARÊNCIA

BASEADA NA COLABORAÇÃO E CONSENTIMENTO ENTRE TODOS OS PARTICIPANTES DE UMA ORGANIZAÇÃO, A SOCIOCRACIA É UM SISTEMA DE GOVERNANÇA PARA A SUSTENTABILIDADE, DIZ A CONSULTORA TENA MEADOWS O'REAR

POR FLAVIA PARDINI

PÁGINA 22: O que é sociocracia?
TENA MEADOWS O'REAR: Sociocracia é um sistema de governança que tem uma estrutura e processos. Foi criado na Holanda ao final da Segunda Guerra Mundial por Kees Boeke, um professor, e desenvolvido por um de seus alunos, Gerard Endenburg. Ele transformou a visão original de Boeke em uma série de processos que hoje conhecemos como sociocracia.

22: E se inspirou na cibernética?
TMO: Sim. Gerard é engenheiro e a cibernética é a ciência do "direcionamento", que nasceu durante a Segunda Guerra e se desenvolveu no pós-guerra. Os princípios da cibernética não foram originalmente desenhados para os sistemas sociais, mas Gerard aplicou-os a esses sistemas, em uma conexão brilhante. Ele pensou: talvez as pessoas possam organizar-se de maneira que a dinâmica de poder existente no grupo deixe de funcionar como "eu tenho poder e você não" ou "se eu ganho mais poder, você perde", e passem a usar um sistema cujo foco é o poder de direcionamento em vez de acumular ou abrir mão do poder. É uma questão de direcionar, pois o poder está presente em qualquer organização de pessoas.

22: Direcionar para que ou onde?
TMO: Para um objetivo comum. Há várias pessoas boas que se juntam para tentar fazer coisas boas no mundo. Pode haver o problema de que o objetivo, o produto ou serviço que o grupo está tentando ter como resultado, não esteja tão claro para todos. Quando não está claro para as pessoas, de maneira bem prática, por que estão ali, ou o que esperam produzir, então não há processo decisório no mundo que os ajude a lidar com os conflitos que emergem. Portanto, o objetivo é a primeira coisa, pois significa o entendimento comum para o grupo. A partir daí, é uma questão de usar uma série de procedimentos altamente disciplinados para permitir que o grupo se mova consistentemente em direção àquele objetivo.

22: Como estão estruturados esses processos e procedimentos?
TMO: Trata-se de uma estrutura em círculos que é usada para a tomada de decisão, assim como para medir os processos da organização. A estrutura hierárquica tradicional é usada para o "fazer", a operação. Na estrutura hierárquica há um chefe, cuja missão é ter certeza de que o trabalho será feito. Na sociocracia o chefe trabalha sob as limitações impostas pelo círculo: é um integrante do círculo como qualquer outro. A voz dele não pesa mais na hora de tomar decisões ou medir resultados.

> "A SOCIOCRACIA USA PRINCÍPIOS DA CIBERNÉTICA PARA DIRECIONAR O GRUPO PARA O OBJETIVO COMUM"

22: Os círculos estão estruturados em diferentes níveis.
TMO: Correto. Em uma organização que usa a hierarquia, pode-se simplesmente formar um círculo para cada nível hierárquico. Em uma empresa, por exemplo, cada funcionário pertence a pelo menos um círculo.

22: Nos círculos, as decisões são tomadas por consentimento, e não por consenso. Por quê?
TMO: Na sociocracia temos a idéia de consentimento, que significa que tomamos decisões que caem dentro do que chamamos de "nível de tolerância" de todos. Não é a favorita ou a preferida de todo mundo, mas é uma decisão com a qual todos podem viver. Por sua vez, muitas organizações usam o consenso, o que significa que todo mundo concorda. A diferença é que, com essa definição de consenso, a tomada de decisão pode ser um processo exaustivo e longo. Com a definição sociocrática de consentimento, procuramos uma decisão que se encaixe no "nível de tolerância" de todos. Depois aplicamos, muito metodicamente, os processos de mensuração dos resultados das decisões, e usamos os dados da mensuração para realimentar o processo de decisão. Isso significa que as decisões são constantemente avaliadas e a avaliação serve para tomar decisões cada vez melhores. O resultado é que não precisamos tomar decisões perfeitas, apenas decidir de maneira que funcione e com a qual todos podem viver. Não precisamos alcançar a perfeição, a natureza não faz isso, ela faz muitos experimentos para chegar cada vez mais perto de um ecossistema que sobrevive, que floresce, que é resiliente.



FOTOS: FLAVIA PARDINI

22: Como funciona, passo a passo, o processo de decisão?
TMO: Alguém no círculo faz uma proposta, em geral por escrito, enviada com antecedência para que os demais integrantes considerem. Ela integra a pauta da reunião do círculo, também divulgada antecipadamente. Na hora de avaliar, o facilitador do círculo apresenta a proposta e os integrantes podem pedir esclarecimentos. Não são questões do tipo "você concorda com a proposta?", mas sim "você entende a proposta?" Depois das clarificações, o facilitator abre para "primeiras reações" e os integrantes dizem o que acham da proposta. O facilitador pode fazer modificações para acomodar preocupações levantadas e prosseguir para a rodada de "não-objeção". Se a proposta for controversa, o facilitador abre uma rodada para discutir pontos que não sejam aceitáveis. Ao final, ele apresenta a proposta emendada e inicia a rodada de "não-objeção". Nessa fase, cada um dos integrantes tem a chance de falar, sem interrupção. O objetivo não é alcançar um acordo, mas uma decisão à qual nenhum integrante tenha objeção significativa.



22: A senhora diz que a sociocracia é um sistema de governança para a sustentabilidade. Por quê?

TMO: Porque acredito que os princípios da sociocracia, e seus processos, estão baseados de maneira muito fundamental em leis naturais, na própria natureza. Podemos olhar a natureza por meio das lentes da competição ou da colaboração. O livro *Biomimicry*, de Janine Benyus, por exemplo, chama nossa atenção para a percepção do mundo natural como um grande processo cooperativo. E eu acredito que a sociocracia está fundamentada nesse fenômeno natural.

22: Há quem diga que as empresas são as últimas organizações autocráticas no mundo ocidental. Como a sociocracia pode ajudá-las a incorporar a sustentabilidade?

TMO: Toda empresa usa dados resultantes de um processo de mensuração para avaliar sua performance, e aposto que você sabe quais são. Claro que é o *bottom line*, as finanças. As empresas estão sempre medindo o próprio sucesso, elas entendem esse conceito, e mudam de direção com base nos dados da mensuração. Para caminhar em direção à sustentabilidade, trata-se de expandir os critérios de mensuração. Os dados financeiros são informações muito válidas – se a empresa não for sustentável financeiramente, vai desmoronar. Entretanto, podemos adicionar critérios que reflitam, por exemplo, o quanto a empresa preserva seu fluxo de recursos. Isso significa que ela vai precisar olhar para seu impacto ambiental para ver se em cinco ou sete gerações esses recursos ainda estarão lá. Isso é sustentabilidade.

22: A empresa que usar a sociocracia para guiar tal processo deve estar pronta também a desmontar estruturas de poder?

TMO: Sim. A sociocracia é baseada no conceito de renovação contínua. Uma empresa, assim como um organismo, tem que estar pronta a se adaptar às suas mudanças internas e às mudanças externas em seu ambiente para que possa ser sustentável. Não podemos nos manter ligados à maneira anterior de fazer as coisas só porque é assim que sempre fizemos. Temos que nos abrir às adaptações que tornem a organização mais sustentável. Muitas empresas descobriram que é possível economizar enormes quantias de dinheiro porque estão abertas a considerar maneiras mais sustentáveis de trabalhar, não só em termos de processos produtivos, mas também de como interagem. As empresas que aprendem a aproveitar a criatividade inerente à organização como um todo para tomar decisões, e não simplesmente a criatividade de quem está no topo, são as que estão realmente florescendo.

> “AS EMPRESAS QUE APRENDEM A APROVEITAR A CRIATIVIDADE INERENTE À ORGANIZAÇÃO COMO UM TODO SÃO AS QUE FLORESCEM”

22: Como se adota a sociocracia? É preciso consentimento de todos?

TMO: Para começar é preciso oferecer treinamento para todas as pessoas envolvidas...

22: Então a decisão vem de cima?

TMO: Sim. A empresa tem que tomar uma decisão: queremos adotar a sociocracia, ou tentar em um departamento como experiência, para ver como funciona, e, a partir daí, aprender e decidir se adotamos para a empresa toda ou não. Mas é chave que o começo seja treinar todo mundo para que todos possam estar informados para tomar uma decisão sobre adotar ou não o sistema.

22: Qual a diferença entre a sociocracia e os sistemas de governança que se tornaram populares após escândalos – como o da Enron – para garantir transparência e eqüidade entre acionistas?

TMO: Para evitar a corrupção há a idéia de ter supervisores que não estejam envolvidos no processo. Essa estrutura tem intenções muito boas. Entretanto, me pergunto se há oportunidade adequada para aproveitar a criatividade de todas as partes da organização. Também me pergunto se não emergem problemas de comunicação, dadas todas as separações necessárias na estrutura interna da organização. Na sociocracia temos um sistema bem definido de ligações entre um nível de uma empresa e o nível seguinte. E temos o conceito da auditoria sociocrática, semelhante a uma auditoria financeira, um processo no qual uma pessoa externa à organização, um *expert*, é trazido para auditar se o processo sociocrático é executado com integridade em toda a organização. A Enron é o pesadelo de todo mundo, garanto que não estavam organizados sociocraticamente. No sistema deles obviamente não havia um processo suficiente de mensuração que desse voz às várias partes da organização. Assim como a natureza é movida a luz do sol, a sociocracia é movida a transparência, há abertura em todos os cantos da organização, interna e externamente. A capacidade de manter informação secreta, em algum canto, ou de não disponibilizá-la aos funcionários, simplesmente não seria possível em uma organização sociocrática.

22: Há exemplos de empresas que adotaram a sociocracia? Quão bem-sucedidas são?

TMO: Há um departamento da Shell Oil que adotou a sociocracia e um dos resultados foi a redução de 30% no número de reuniões. Isso porque a comunicação se tornou tão direta e o processo de tomada de decisão, tão eficiente, que puderam liberar mais tempo para a produção. Em vez de falar, em uma reunião, sobre o que fazer, trata-se de fazer. Eu trabalho para o United States Green Building Council. Várias filiais do conselho nos Estados Unidos estão adotando a sociocracia porque viram um tremendo ganho em eficiência no processo de decisão.

22: Se é tão eficiente, por que a sociocracia não é mais freqüente nas organizações?

TMO: É um sistema relativamente novo, foi desenvolvido nos últimos 30, 40 anos. Acredito que é a próxima evolução em relação à democracia, e estou voando o mais rápido que posso ao redor do mundo para falar sobre ela.

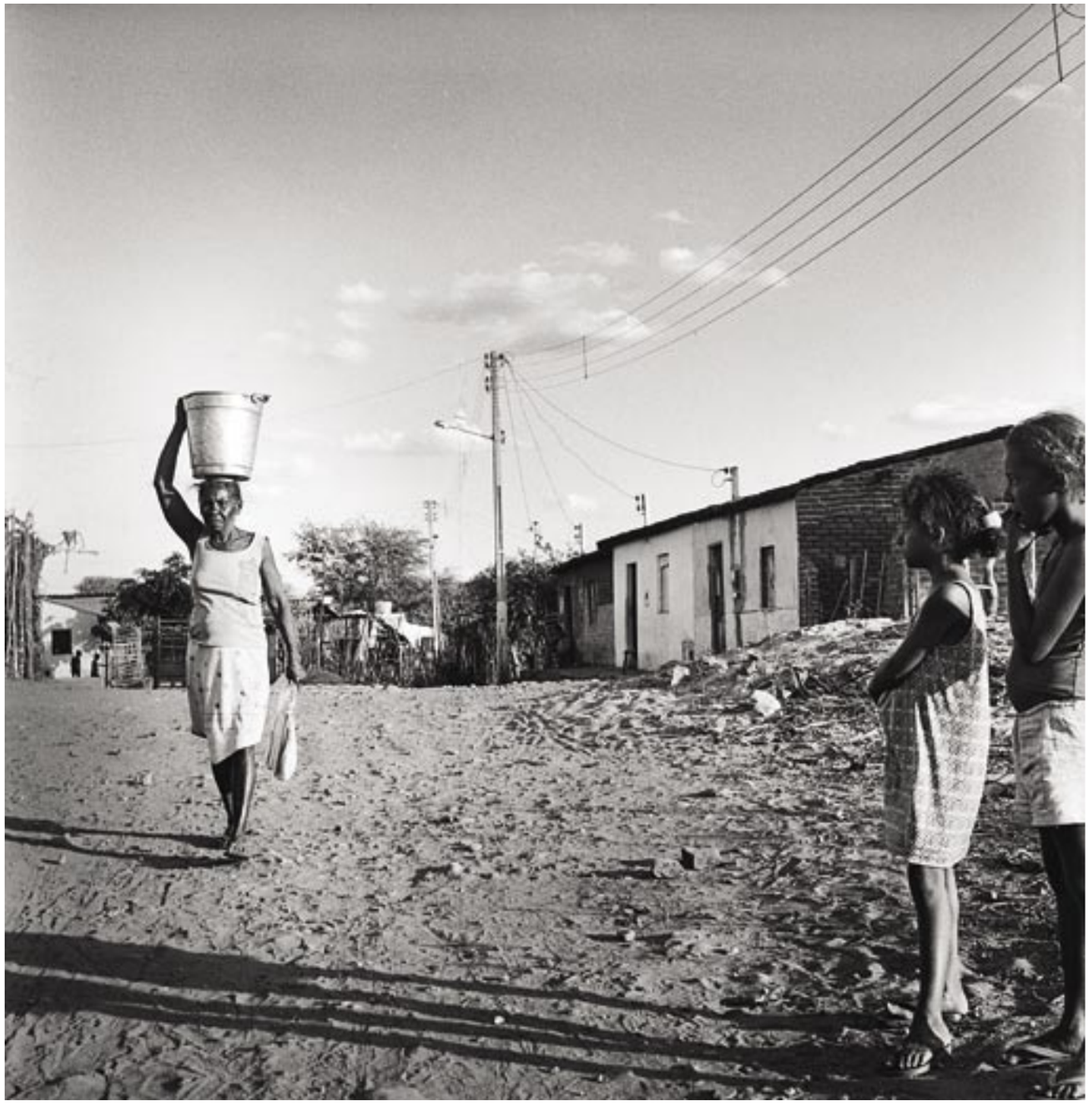
22: O sistema pode ser usado por governos ou em escala global?

TMO: Sim. Uma colega de Montreal acaba de ser convidada a ir a Reunião (*território francês no Oceano Índico, vizinho às Ilhas Maurício*) para trabalhar com uma parte da estrutura governamental e introduzir a sociocracia. Isso é muito animador, mas ainda não aconteceu, então não posso relatar os resultados. É um sinal de que há interesse na esfera governamental, assim como a intenção de se treinar para adotar o sistema. Vamos ver como a coisa cresce a partir daí. É realmente uma visão muito bonita a de que um governo possa se conectar com o povo de uma maneira totalmente nova, e mais significativa, do que simplesmente “o povo vota de vez em quando”.

22: Por que faz diferença a forma que tomamos decisões como grupo?

TMO: Há muitas pessoas no mundo que estão conscientes dos problemas agudos que enfrentamos com a mudança climática, a distribuição assimétrica de recursos e outros problemas enormes. E muitas pessoas estão tentando trabalhar, por meio de ONGs e todos os tipos de organização, para fazer a diferença. Muito freqüentemente é o processo que usam que bloqueia sua capacidade de realmente fazer um bom trabalho pelo mundo. O processo que adotam é crucial para que alcancem seu objetivo, e se o processo é rancoroso, se há brigas e experiências negativas para as pessoas, então não seremos capazes de colher a energia dessas pessoas de modo a alcançar as mudanças positivas que precisamos. A sociocracia oferece uma maneira de direcionar esse poder em direção ao objetivo, que é salvar nossa espécie. A natureza está pronta a trabalhar conosco.





Canudos submersa e presente

FOTOS FELIPE GOMBOSSY

Canudos concentra simbolismos cuja atualidade perdura ao longo da história brasileira. Palco do maior enfrentamento bélico entre uma população sublevada e forças do Estado nacional, que resultou em mais de 25 mil mortos, o território, no sertão da Bahia, foi inundado em 1969 pelas águas de um açude financiado pelo governo federal. O AI-5, marco do início da fase mais violenta da ditadura militar, havia sido promulgado poucos meses antes.





Em um morro das redondezas, onde no fim do século XIX ficaram aquartelados os soldados que acabaram por destruir a cidade-Estado de Antônio Conselheiro, havia grande abundância de uma planta chamada "favela". Quando voltaram e se instalaram no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, Favela passou a ser o apelido do lugar. Numa ironia reveladora, os "vitoriosos" inauguraram um novo território semântico de marginalização.





Por meio da palavra "favela", as atuais contradições entre Estado e povo, ordem e exclusão, demandas sociais e repressão conectam-se a Canudos. Hoje, em morros e periferias do País, os métodos das tropas mostram-se pouco alterados. E em muitas partes do sertão, inclusive na terceira Canudos (a segunda, formada logo depois do massacre, também foi coberta pela água), a vida parece igualmente parada no tempo.



OPERAÇÃO *fav ela*

ENQUANTO A VIOLÊNCIA EXPLODE EM MORROS CARIOCAS, DOIS PROGRAMAS FEDERAIS CRIADOS PARA INAUGURAR UM NOVO MODELO DE ATUAÇÃO ESTATAL NOS BOLSÕES URBANOS DE POBREZA COMEÇAM A SAIR DO PAPEL

POR FLAVIO LOBO FOTOS ANTONIO BRASILIANO

As favelas do País estão sob invasão. No Rio de Janeiro, policiais armados até os dentes protagonizam batalhas sangrentas nas vielas dos morros e periferias quase diariamente. Brasil afora, dois grandes programas federais começam a arregimentar tropas, de operários e agentes sociais e comunitários, com um objetivo bem mais ambicioso. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e o chamado "PAC Favelas" se propõem fixar a presença do poder público, na forma de padrões civilizados de moradia, infra-estrutura e serviços, juntamente com o respeito à lei e as garantias do Estado de Direito em regiões onde a presença estatal até hoje tem sido insuficiente, descontínua e, freqüentemente, violenta e temida.

Juntos, segundo planejam seus gestores, os dois programas, o primeiro a cargo do Ministério da Justiça e o segundo coordenado pelo Ministério das Cidades, deverão direcionar mais de R$ 20 bilhões nos próximos quatro anos para melhorar as condições de vida de milhões de pessoas. População concentrada em regiões de altos índices de criminalidade e violência e precárias condições de vida.

Além das iniciativas governamentais e do noticiário policial, a indústria cultural, por meio do filme *Tropa de Elite*, dirigido por José Padilha, também mobiliza atenção, emoção e, em alguns casos, reflexões sobre a realidade das favelas. Fenômeno que se multiplica em centenas de telas de cinema, dezenas de artigos da imprensa, nas conversas e no imaginário da legião de espectadores do filme — que, segundo o Ibope, já chegava a algo entre 12 milhões e 15 milhões de pessoas até o início de outubro, número alcançado graças, sobretudo, à disseminação de cópias pirateadas.

O contraste entre a ênfase na ação social e preventiva prevista nos novos programas federais e o acirramento da violência policial em curso no Rio, fruto da política de segurança do governador Sérgio Cabral, um dos que têm se mostrado mais alinhados com o presidente Lula, é flagrante. E pode sugerir que o País começa a acompanhar mais um enredo marcado pelo abismo entre intenções, promessas e práticas.

A ONDA E O ATRASO

A tentação para surfar na onda do clamor pelo "endurecimento" com os bandidos (*leia artigo à pág. 50*), anseio amplo e permanente, reforçado pela reação de uma parcela dos espectadores de *Tropa de Elite* (mesmo que em clara contradição com a visão e as intenções de seus autores), deve mesmo ser grande. Tanto que, no fim de outubro, o secretário de Segurança do Estado do Rio, José Mariano Beltrame, proferiu uma frase que na boca do Capitão Nascimento não espan-

NO RIO DE JANEIRO, ENQUANTO SE PROMETEM **AÇÕES PREVENTIVAS**, ALIANÇAS POLÍTICAS DÃO SUPORTE AO **COMBATE MILITARIZADO** AO CRIME NAS FAVELAS

taria: "Um tiro em Ipanema é muito diferente de um tiro na Coréia (*favela da Zona Oeste da capital fluminense*)". Ao ouvir ou ler a declaração, os que assistiram a *Tropa de Elite* talvez tenham sentido falta do "parceiro", vocativo constantemente dirigido ao expectador pelo narrador do filme, cuja visão de mundo justifica e motiva tortura e execuções sumárias.

"Sabemos que, historicamente, tem sido assim: o valor que a mídia e o Estado dão à vida de quem é pobre, morador de favela, é menor do que a da pessoa de classe média moradora da Zona Sul", diz sociólogo Ignácio Cano, especialista em políticas de segurança pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). "A novidade, perigosa, está no fato de uma autoridade pública, incumbida de assegurar que todos os cidadãos sejam tratados igualmente conforme a lei, sentir-se à vontade para dizer isso, não como uma crítica, mas como mera constatação da realidade."

Diante da situação no Alemão e em outras favelas do Rio, o próprio presidente Lula disse que não se combate bandido com rosas. Fora do contexto, a frase soa apenas como uma obviedade. Mas, tendo em vista o crescimento do número de vítimas inocentes, de mortes com indícios de execução e a desproporção entre o número de policiais e civis mortos nos confrontos (no Rio, em 2006, houve 36,6 civis mortos pela polícia para cada policial morto, média que foge da proporção internacionalmente considerada aceitável, de até dez para um, e sugere ações de extermínio), pode ser interpretada como omissão diante dos interesses de aliados políticos.

Ignácio Cano alerta para a formação de uma espécie de "pensamento único" a favor do combate militarizado à criminalidade nas favelas. "O Pronasci acerta ao enfatizar ações preventivas, mas por equanto isso é promessa. Na prática, o que se vê é mais violência." E, segundo o sociólogo, quem critica a atual política de segurança é tratado de forma cada vez mais agressiva.

ALVO ERRADO

Como se o ar já não estivesse suficientemente repleto de petardos ameaçadores, o governador Cabral, ao tentar explicar a frase de seu secretário sobre o "zoneamento dos tiros", defendeu a liberação do aborto como forma de enfrentar a criminalidade nas regiões mais pobres. Em meio a justificativas para ações letais nas favelas, a defesa do direito de interromper a gravidez, por mais legítima que seja em outros contextos, deu mais munição para os que vêem na eliminação física dos pobres uma solução para os problemas sociais. E evidenciou equívocos no diagnóstico dos desafios impostos à sociedade.

"Na segunda metade da década de 70, o Brasil foi o país que apresentou o maior declínio da taxa de fecundidade de que se tem notícia", lembra a médica sanitarista e demógrafa Tânia Lago, pesquisadora do Centro Brasileiro



LIMITES **Ocupações como a da Brasilândia, que avançou sobre a Mata Atlântica, revelam complexas equações socioambientais**

MITOS POSTOS ABAIXO

PESQUISA EXPÕE DIVERSOS MUNDOS POR TRÁS DA FACHADA

Uma das maiores estudiosas das favelas e da história das suas interpretações pelas ciências sociais, a socióloga Licia Valladares identifica no livro *A Invenção da Favela* (Editora da FGV, 2005) a criação e manutenção de três grandes dogmas. O primeiro é o da especificidade das favelas, como fenômeno social e urbano cujas lógicas de formação, organização e expansão ao mesmo tempo as igualariam e diferenciariam das outras áreas das cidades. O segundo dogma é o da favela como o lugar dos mais pobres (e, portanto, indubitavelmente, o destino natural das ações prioritárias de combate à pobreza). A visão da favela como uma unidade, seja na forma de objeto de estudo, de entidade socioeconômica ou política, corresponde ao terceiro dogma, que impede a percepção das diversidades internas e das diferenças entre as várias favelas.

Professora da Universidade de Lille, na França, desde 2006, Licia expõe diversos motivos pelos quais tais padronizações foram estabelecidas e continuam em vigor. Tanto para lideranças e movimentos comunitários quanto para ONGs, governos, políticos e pesquisadores seria interessante não questionar ou mesmo reforçar essa interpretação por razões que vão da simples praticidade à manipulação. Ao elevar a investigação e a discussão para um novo patamar de rigor e complexidade, Licia não comete uma simplificação inversa àquelas que identifica: a socióloga reconhece valor e vantagens parciais na adoção do modelo estandartizado de favela. Mas, focando sobretudo o Rio de Janeiro, apresenta uma profusão de dados que evidenciam as suas deficiências em face da diversificada e complexa realidade urbanística e socioeconômica das cidades brasileiras.

A professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP Suzana Pasternak, cujas pesquisas dizem respeito principalmente à cidade de São Paulo, é outra estudiosa que tem colaborado para ampliar e aprofundar o conhecimento sobre as favelas para além das idéias preconcebidas. Falando a PÁGINA 22, Suzana sintetiza em três grandes modelos as diferentes interpretações, políticas públicas e seus "efeitos colaterais" que têm se sucedido na abordagem do problema ao longo das últimas décadas.

O primeiro, dominante até os anos 70, identificava as ocupações irregulares por parte de populações pobres como um câncer a ser extirpado do tecido urbano. Abordagem que, além de moralmente intolerável, mostrou-se pragmaticamente insustentável.

Em seguida, uma segunda visão, influenciada pelo pensamento da igreja militante, passou a tratar as favelas como espécie de entrepostos socioeconômicos: seriam a porta de entrada para a vida urbana para as ondas de imigrantes vindos de áreas rurais. Desse ponto de vista, a melhor política seria a que tornasse essa etapa transitória suportável e tão breve quanto possível. "Era uma bela visão, mas, infelizmente, descobriu-se que não havia garantia de integração à cidade e à sociedade conforme gostaríamos, e o que era para ser provisório em geral tornava-se permanente", conta Suzana. "Além disso, descobrimos que o perfil da população favelada não era o que se imaginava, e hoje já não tem mais nada a ver com aquele modelo do recém-chegado à vida urbana."

A partir da década de 80, com a constatação de que os bolsões de pobreza estavam na cidade para ficar, começou a fase de urbanização dessas áreas, através da urbanização de favelas ou da construção de conjuntos habitacionais. Mesmo melhorando as condições de vida de parte da população visada, essa abordagem traz problemas como o incentivo à ampliação de ocupações irregulares, inclusive em áreas de proteção ambiental. Além disso, a valorização de algumas áreas de favelas fomenta o mercado imobiliário informal, o que pode resultar numa "elitização" dentro das favelas, com os mais pobres sendo obrigados a ir para cada vez mais longe de onde estão a infraestrutura e os serviços públicos inicialmente dirigidos a eles.

Trabalhos que desmontam modelos simplificadores evidenciam o que pode ser óbvio, mas às vezes se perde de vista: ao lidar realisticamente com favelas e afins, é possível e necessário promover melhorias e avanços, mas nunca se chegará a respostas completas e definitivas. Enquanto o País continuar a gerar e manter suas abissais desigualdades, algo que se possa denominar "solução" não estará à vista. (*Leia artigo sobre causas e efeitos da desigualdade à pág. 54.*)

A MIGRAÇÃO DO CAMPO PARA A CIDADE E A POBREZA DIMINUÍRAM, MAS **AS FAVELAS CRESCEM DUAS VEZES MAIS RÁPIDO** QUE A POPULAÇÃO DO PAÍS

de Análise e Planejamento (Cebrap). A ameaça de superpopulação, geradora de piora das condições de vida e, possivelmente, aumento da criminalidade, foi superada. "Além disso, o que a experiência internacional mostra é que não há uma relação simples, de causa e efeito, entre fecundidade, desenvolvimento e bem-estar social. Se houvesse, estaríamos vivendo uma fase de redução da violência e do crime no Brasil."

De acordo com o sociólogo Roberto Luiz do Carmo, da Unicamp, o que caracteriza o atual momento brasileiro, em termos demográficos, é o desperdício de uma grande oportunidade. O País não estaria aproveitando o fato de ter, atualmente, a maior parte da sua população constituída por adultos em idade produtiva e uma redução da demanda por serviços públicos na base da pirâmide etária. "Seria a hora de, por exemplo, elevar a qualidade da educação, coisa que não está acontecendo. Em vez disso, segundo Tânia Lago, nos contentamos em comemorar a universalização do ensino, esquecendo que esse 'serviço' foi feito, em grande parte, pelas mulheres brasileiras que, sem apoio do Estado, decidiram ter menos filhos e bancaram a adoção de métodos contraceptivos, sobretudo a laqueadura."

Se na área da educação escolar, fundamental para a redução da desigualdade, do crime e da violência, a marca do poder público tem sido a ineficácia, na habitacional, o que tem predominado é a ausência. Segundo a especialista em planejamento urbano e regional Suzana Pasternak, da USP, desde o desmonte do Banco Nacional da Habitação (BNH), que trouxe benefícios mesmo tendo servido sobretudo à classe média, o País não possui uma política ampla para o setor.



MENOS MISÉRIA **Condições de moradia melhoraram**

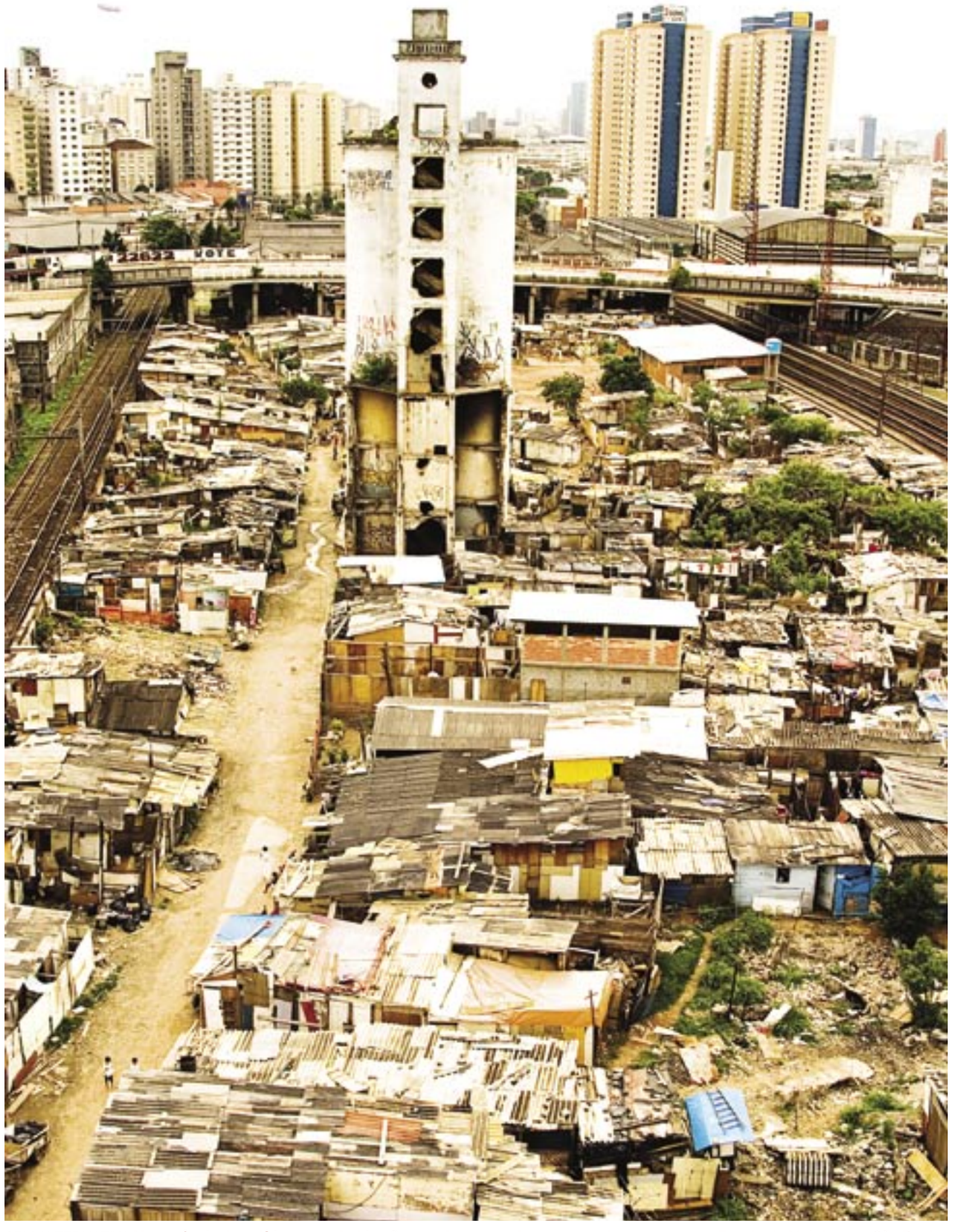
Desde a redemocratização, passando pelo período de estabilização econômica, o problema da moradia popular foi abandonado pelo governo central. Junto com a valorização do preço da terra, essa omissão explica o aumento do percentual da população favelada no Brasil ao longo das últimas décadas, período em que essa mesma faixa socioeconômica obteve aumento de renda e de poder de consumo.

HABITAÇÃO ABANDONADA

Segundo um relatório apresentado por Suzana, em julho, num seminário internacional sobre urbanismo promovido pela Fundação Rockefeller, hoje há cerca de 2 milhões de domicílios de população de baixa renda em áreas ilegalmente ocupadas. A parcela desse tipo de moradia no total nacional de domicílios vem aumentando: correspondia a 1,62% em 1980, passou a 2,76% em 1991 e chegou a 3,69% em 2005. Neste mesmo ano, a taxa de crescimento das favelas foi de 3,46%, mais que o dobro da média anual de crescimento da população brasileira no período entre 2000 e 2006, de 1,62%. E isso, assinala Suzana, num período em que as grandes ondas migratórias de população de origem rural rumo às cidades já se estancaram. "Hoje o fenômeno migratório dominante é o deslocamento de população entre centros urbanos."

Outra evidência de que o crescimento das favelas se deve às deficiências do planejamento e gestão urbanísticas e à ausência de mecanismos abrangentes de financiamento e barateamento da habitação popular é a melhora gradual das condições de vida na maioria das favelas. De acordo com o mesmo relatório, as condições de moradia nas favelas de São Paulo melhoraram consideravelmente. Em 1973, 35,8% das residências nas favelas da cidade de São Paulo não tinham banheiro próprio, apenas 12,9% possuíam mais de dois cômodos e abrigavam, em média, 3,1 de moradores por cômodo. Já em 2000, somente 0,3% dos domicílios não tinham banheiro, 83,7% contavam com mais de dois cômodos e apresentavam uma média de 1,2 de morador por cômodo.

Indicações coerentes com o resultado de um estudo do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, que, com base em dados do IBGE, identificou 26,9% de pobres na população brasileira em 2006. Percentual ainda vexatório, mas que representa um avanço razoável se comparado aos 33,2% de 1995. O aumento de domicílios em áreas



SEM ALTERNATIVA **Na ausência de políticas para habitação popular, aos pobres restam lugares como a Favela do Moinho, em São Paulo**

JÁ PASSA DA HORA DE A POLÍCIA, "ABDUZIDA" NA ÉPOCA DO REGIME MILITAR, SER DEVOLVIDA AO POVO BRASILEIRO, DIZ ESPECIALISTA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ocupadas não se explica, portanto, por um agravamento geral da miséria, mas, sobretudo, por problemas relacionados ao mercado imobiliário, às políticas habitacionais, fundiárias e de uso do solo urbano.

Nas cidades, a ausência de mecanismos capazes de fazer contrapeso às pressões do mercado, proporcionais à crescente valorização fundiária dos bairros próximos às regiões centrais e mais bem servidas em termos de infraestrutura, resultou no agravamento de uma infinidade de problemas. Para boa parte da população pobre, restaram áreas cada vez mais afastadas. Além da precariedade da habitação, do transporte e do acesso a emprego e serviços básicos, esse processo resultou na ocupação de territórios-chave do ponto de vista ambiental e de gestão dos recursos naturais, como vastas áreas de manancial da Região Metropolitana de São Paulo.

O atual secretário estadual do Meio Ambiente, Xico Graziano, conta, por exemplo, o que encontrou em torno da Represa Guarapiranga, na Zona Sul da cidade, ao assumir o cargo no início do ano. "Nas áreas tomadas por favelas, até hoje praticamente nada foi feito em matéria de proteção do manancial. Há inclusive obras de urbanização que foram realizadas em locais onde as moradias estão praticamente dentro da represa. É impossível simplesmente retirar toda aquela população de lá, mas alguns critérios mínimos terão de ser estabelecidos e respeitados."

Essa falta de uma política nacional de habitação é outra lacuna que o governo federal anuncia que preencherá brevemente. "Desde o fim do BNH, em 1986, a política federal para o setor foi redesenhada nove vezes, ficou a cargo de diversos ministérios e passou até por uma secretaria especial da Presidência, mas nunca vingou", relata a secretária nacional da Habitação, Inês Magalhães. Agora, garante a secretária, o Plano Nacional de Habitação encontra-se em fase adiantada de elaboração e irá articular políticas fundiárias, urbanas e de saneamento para enfrentar de forma articulada o déficit habitacional do País.

E AGORA, VAI?

Mas foram necessários quase cinco anos de governo Lula para que algo mais consistente voltasse a ser feito pela habitação popular? Segundo Inês, o financiamento habitacional com recursos do FGTS tem crescido e assumido um perfil mais popular. "Em 2002, metade das famílias beneficiadas tinha renda de até cinco salários mínimos. No ano passado, esse percentual subiu para mais de 75% e os investimentos chegaram a 1,8 bilhão de reais."

Enquanto melhores e mais abrangentes alternativas para construção e aquisição de moradias populares encontram-se em gestação, o "PAC Favelas", por sua vez, começa a sair do papel. O programa deverá contar com R$ 15 bilhões para investimentos em saneamento, urbanização, reforma e construção de moradia e obras diversas de infraestrutura em áreas caracterizadas como de "assentamento precário" nos próximos quatro anos. A população que poderá ser diretamente beneficiada supera a casa dos 12 milhões de pessoas, segundo projeções do governo.

A identificação das localidades contempladas pelo programa é feita por critérios socioeconômicos e de condições de ocupação e moradia, e os projetos que disputam os financiamentos são apresentados pelo poder público local, de acordo com prioridades estabelecidas pelo ministério. "Na Baixada Santista, por exemplo, o impacto sobre o estuário será muito grande, pois vamos atacar um problema que está no topo de desgraça socioambiental: as casas de palafitas", exemplifica a secretária. Quase 2,6 mil domicílios serão transferidos para conjuntos habitacionais conforme acordo recém-firmado entre o Ministério das Cidades, a Secretaria Estadual da Habitação de São Paulo e a Caixa Econômica Federal.

Do lado do Ministério da Justiça, o projeto do Pronasci prevê um investimento de R$ 6,7 bilhões até o fim de 2011. Parte das ações previstas, como a capacitação de policiais, a reestruturação e ampliação do sistema carcerário, não será posta em prática diretamente nas favelas ou periferias pobres, mas a principal meta do programa é reduzir a criminalidade e a violência nessas áreas.

Enquanto as ações do Ministério das Cidades são direcionadas por critérios socioeconômicos, habitacionais e urbanísticos, as do Pronasci priorizam áreas conflagradas ou de alto risco, todas, inicialmente, localizadas nas 11 regiões metropolitanas mais violentas do País. O programa reúne uma série de medidas dirigidas a jovens entre 15 e 29, presos, em conflito com a lei ou à beira da criminalidade, com o objetivo de afastá-los de grupos e lideranças criminosas e integrá-los ao convívio social.

O fato de que as áreas visadas pelos dois ministérios são, em geral, coincidentes não é uma surpresa. "A necessidade de maior presença do poder público nessas regiões torna a parceria entre os dois programas algo natural e necessário", resume Inês Magalhães.

ENTRE O VELHO E O NOVO

O diretor do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Segurança Pública do Ministério da Justiça, Ricardo Balestreri, diz que a implementação do Pronasci vai permitir uma virada estratégica na segurança pública em direção a um modelo baseado na prevenção e na "repressão qualificada" (com uso de inteligência, conhecimento científico e tecnologia por profissionais preparados). "Entre outras inovações, trata-se do primeiro plano operacional do governo federal a estabelecer que o policiamento deve ser fundamentalmente comunitário."

Segundo Balestreri, é preciso "devolver a polícia para o povo", uma vez que ela teria sido "abduzida" e transformada numa "polícia apenas de Estado" depois do golpe de 1964. "Esse modelo falido é um dos grandes responsáveis pelo crescimento do crime e da violência no País." Nossa polícia, lembra o especialista, é uma das que mais matam no mundo. "Se isso resolvesse, estaríamos vivendo em um lugar muito seguro, num paraíso."

Enquanto muitos ainda enxergam na violência policial o caminho para reduzir o crime e o desrespeito à lei, e vêem no Bope do Rio ou na Rota paulista a chama capaz de guiar a sociedade brasileira nessa jornada, quem dá um passo atrás e contempla a história tem uma visão bem diferente. Desde o início da formação do Brasil, passando por Canudos (*veja Retrato à pág. 36*) — sem querer comparar Antônio Conselheiro aos Beira-Mares ou Marcolas —, as soluções baseadas na violência apenas perpetram maiores injustiças e potencializam mais violência.

Se, além de balas, frases infelizes e velhos equívocos, existe algo de novo no front, trata-se da possibilidade de o País assumir de fato a empreitada de oferecer dignidade, oportunidade e igualdade perante a lei a todos os cidadãos, dentro e fora das favelas. Uma trajetória que se delineia nos novos programas e planos federais, mas que vai exigir, do Estado e da sociedade, vontade, persistência e a coragem de pagar o preço da luta por uma Nação que se preze. Algo muito além das possibilidades do Capitão Nascimento, de seus comparsas e admiradores.



AÇÃO COMUNITÁRIA
A pedagoga Gisele Mendonça com crianças atendidas pelo projeto Arte na Rua

DO OPERÁRIO À DOUTORA

MESMO INCIPIENTE, MOBILIDADE SOCIAL APONTA NOVOS CAMINHOS

O novo tema de estudo da socióloga Licia Valladares são os "doutores da favela". Até pouco tempo atrás, diz ela, havia apenas o fenômeno dos doutores "na" favela, gente de classe média que propõem interpretações sobre realidades que, do ponto de vista de origem socioeconômica dos pesquisadores, são sempre abordadas "de fora". Atualmente, com a ascensão social e o acesso a formação universitária por parte de uma parcela, mesmo que minoritária, da população de baixa renda, pessoas que nasceram e cresceram em favelas já produzem trabalhos e participam das discussões acadêmicas sobre o tema. "Estou interessada nas interpretações propostas por esse novo grupo de pesquisadores e pela questão da legitimidade: será que as visões de 'dentro' são apresentadas e percebidas como mais ou menos legítimas que as demais?"

Francisca Pini é uma representante do grupo de pesquisadores que atraem a atenção de Licia. Doutora em Educação pela PUC-SP, viveu boa parte da infância e a juventude no Jardim Damasceno, região da favela de Brasilândia, uma das maiores de São Paulo. Nascida no Ceará, Francisca chegou à Brasilândia em 1977, aos oito anos de idade, quando a família se mudou para lá. Seu pai conseguiu trabalho como operário da construção civil e sua mãe, fazendo serviços gerais para a prefeitura. Ali criaram 11 filhos. Hoje, contando Francisca, seis têm formação superior.

Em 1991, depois de um deslizamento de terra que matou três crianças, Francisca redigiu uma proposta para promover conscientização ambiental entre moradores da Brasilândia — cujas ocupações já invadiram vastas áreas de Mata Atlântica — e, ao lado de sua irmã Noêmia, ajudou a mobilizar a comunidade para implementá-la. A iniciativa transformou-se no projeto Arte na Rua, que oferece atividades socioeducativas para crianças e adolescentes da região, hoje coordenado por Gisele Mendonça, filha de Noêmia, formada em pedagogia.

MARCELO GODOY  JORNALISTA ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Entre rajadas DE VERDADES

POR MARCELO GODOY*

Só podemos exercer o poder mediante a produção de verdades. Bandido tem de morrer. A Justiça é lenta, e os recursos são tantos que um criminoso jamais é punido. Se a polícia prende, o juiz solta. O governo rouba, os políticos enriquecem; alguém tem de fazer alguma coisa. O soldado P. sabe o que essa frase significa. Ele entrou em contato com *O Estado de S. Paulo* em junho de 2006, após os ataques do PCC, que assassinou duas dúzias de policiais. A PM reagiu: em poucos dias, matou 89 suspeitos. P estava exausto dessa guerra ineficaz. O soldado da Rota queria desabafar. Contou como os colegas escolhiam as pessoas que iam morrer. Bastava ter ficha policial ou estar, por exemplo, em liberdade condicional e ser parado numa blitz. Revelou como roubos e tiroteios foram encenados para encobrir dezenas de execuções. "Isso é uma prática corriqueira e tem de parar. Não adianta, não vai resolver nada. Nessa brincadeira, ô Marcelo, algumas pessoas que não tinham nada a ver foram embora também."

P. conhece o discurso e as pessoas que crêem que alguém tem de fazer alguma coisa. Ontem, chamavam o capitão-do-mato. Hoje querem o Capitão Nascimento. Há uma lógica por trás das passeatas de pessoas cansadas que procuram os quartéis como vivandeiras alvoroçadas, da reação ao filme *Tropa de Elite* e do pouco estupor que causa o uso da mentira, do seqüestro e da execução de suspeitos por policiais da Rota após os atentados do PCC.

Embora não se admita ou saiba, essa lógica traz reflexos da antiga militarização da política, da ação pública. É como se a guerra não fosse o que dizia o prussiano Carl von Clausewitz: a continuação da política complementada por outros meios, e a violência deixasse de ser a *ultima ratio*. Como se a política se transformasse na continuação da guerra; e a paz, uma espécie de conflito bélico latente, como na análise de Michel Foucault.

O que está por trás desse sentimento difuso é uma atitude mental que sobreviveu à Guerra Fria. Essa belicosidade levada à vida social, política e acadêmica teve sua expressão mais pura nas obras de militares franceses, como os coronéis Trinquier, Lacheroy ou Bonnet, que formularam nos anos 50 a doutrina da guerra insurrecional ou revolucionária. Derrotados no Vietnã pelos soldados comunistas do Viet-Minh, os franceses estudaram a estratégia adversária, que transformara a revolução proletária em guerra popular prolongada. Leram os escritos militares e políticos do líder chinês Mao Tsé-tung e concluíram que o conflito moderno começava quando o primeiro panfleto era distribuído e não com o disparar do primeiro tiro.



ESTADO DE EXCEÇÃO PERMANENTE

É por isso que certo anticomunismo histérico tratava e ainda trata as críticas ou mudanças do status quo como uma bala deflagrada pelo inimigo. Há sombras daquela doutrina entre os que foram rondar os bivaques do Comando Militar do Sudeste aos gritos de "milicos, cadê vocês?", como fez recentemente certa passeata de fim de semana em São Paulo.

Se o que nos faz pensar é o sentir-se intrigado, o espanto, a surpresa, o admirar-se, há muito sobre o que pensar nesses dias. Quem assistir, por exemplo, ao filme *Tropa de Elite* sairá do cinema se fazendo uma pergunta: "Eu apertaria o gatilho?" A questão procura uma resposta como ela tivesse de ser dada pela consciência moral, ética e religiosa de cada um. O problema é que o policial do filme ou da Rota que aperta o gatilho funciona em outra freqüência, cujos valores importantes não são os da "consciência social", mas os da eficiência e rapidez, de um conceito de Justiça baseado na vingança contra marginais, cuja integridade física não devia ser protegida pela lei.

ENCENAÇÕES DE ROUBOS E TIROTEIOS PARA **ENCOBRIR EXECUÇÕES** SÃO PRÁTICA CORRIQUEIRA DE SETORES DA POLÍCIA, **CONTA O SOLDADO P.**

Quando os policiais do Bope ocupam favelas, tem-se a impressão de que estamos diante de uma nova Batalha de Argel. No filme do diretor Gillo Pontecorvo, era o coronel Mathieu que explicava em que tipo de guerra os franceses estavam metidos. Ali não havia espaço para compaixão com o inimigo. A engrenagem de tortura, execução e desaparecimento era própria da doutrina da guerra revolucionária. Era a forma de tirar o peixe (terrorista) do aquário (população muçulmana) — o que nos remete ao paralelo brasileiro em que os personagens são o bandido e a população favelada. A busca de informações sobre o inimigo é o que leva à tortura, transformada em mais uma arma para destruir a organização adversária, que se esconde na sociedade. É a rapidez e a eficiência que determinam as armas. Clausewitz dizia que "só as almas filosóficas pensam que é possível desarmar e derrotar o inimigo sem verter demasiado sangue", mas na guerra, "os

erros devidos à bondade humana são a pior das coisas".

De fato, as armas usadas pelos policiais do Bope no filme, pelos franceses na Argélia, pelos militares sul-americanos, pelos americanos no Vietnã são eficientes e levaram, na maioria dos casos, a vitórias militares. O problema é que todos eles esqueceram que o objetivo maior da guerra revolucionária contra um inimigo que não veste farda não é a conquista de terreno, mas das pessoas. Assim, quando usam aquelas armas, os exércitos são capazes de vencer o conflito bélico, o que significa vencer uma batalha numa guerra onde o importante é a esfera política, em que o apoio popular é essencial. Derrota-se o criminoso, mas se perde a população. Pior: sempre haverá alguém para substituir o bandido morto. Eis por que a tortura e o assassinato se tornam ineficazes, uma razão a mais para que os policiais não apertem o gatilho.

A ATITUDE DOS QUE CLAMAM AOS QUARTÉIS E QUEREM **CHAMAR O CAPITÃO NASCIMENTO** DIFICILMENTE TRARÁ MAIS PAZ AO PAÍS

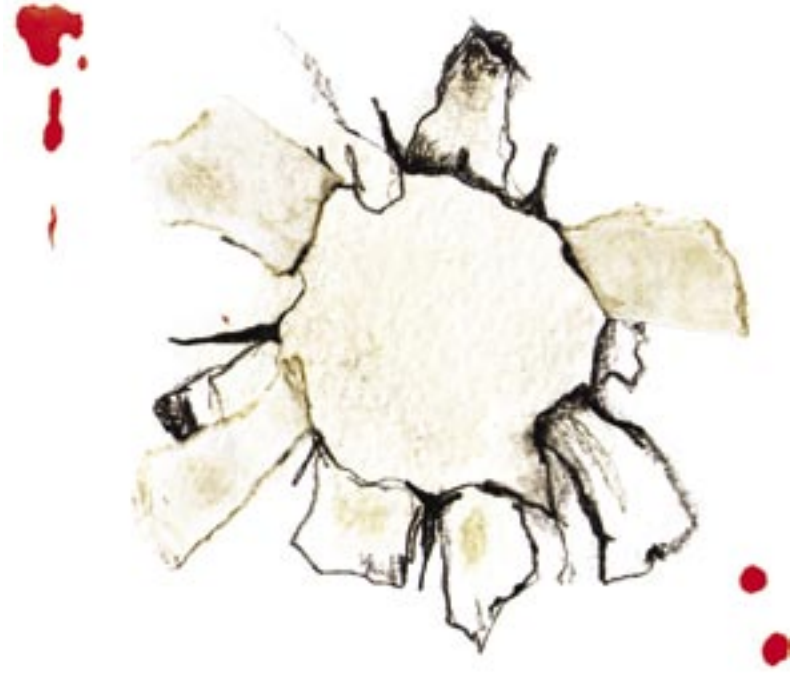
O ESPETÁCULO DA BARBÁRIE

Alguém pode objetar: quer dizer que, se matar e torturar fosse eficiente, tudo bem? A essa pergunta, a resposta é que a violência jamais será eficiente para garantir a nossa tranqüilidade. É fato que o criminoso, na medida em que se assemelha ao tirano, pode despertar a mesma antiga indagação sobre a licitude de matá-lo. O filósofo Thomas Hobbes inscreveu essa opinião entre as teorias sediciosas que o Estado deve coibir. Para dissuadir os candidatos a tiranicida, ele questionou a legitimidade de quem julga os tiranos. Matá-los pode parecer um meio adequado de resolver os problemas que causam. Mas nosso espírito só estará tranqüilo, sentindo-se seguro, com um governo que garanta ao cidadão não precisar temer outro cidadão, principalmente se for um policial.

Resta a violência de quem chama pelos milicos. Às vivandeiras, pode-se afirmar, como Marx, que falta uma só coisa para completar o caráter da República desejada pela passeata em frente ao quartel: "substituir Liberdade, Igualdade e Fraternidade pelas palavras inequívocas: Infantaria, Cavalaria e Artilharia". O candidato a Capitão Nascimento pode, por fim, dizer que a morte dos facínoras tem um caráter exemplar. Ora, "se a sociedade acreditasse realmente no que diz, ela mostraria as cabeças dos executados", dizia Albert Camus. Quando ele refletiu sobre a pena de morte, fazia 20 anos que o espetáculo da guilhotina deixara de ser encenado nas praças da França, sendo recolhido ao interior dos muros das prisões.

Os policiais que defendem a guerra sem misericórdia e limite contra o crime também preferem a execução anônima. Se eles encenam roubos e tiroteios para justificá-la, não o fazem apenas para acobertá-la e evitar problemas judiciais. O problema é que mesmo eles reconhecem que nem todos aceitariam o espetáculo. Nascido na Argélia, então território francês, Camus conta que o pai, desejoso de ver a execução de um assassino de crianças que o revoltara, voltou para a casa transtornado com a ação da guilhotina. "Quando a suprema justiça faz vomitar ao homem honesto que supõem proteger, parece difícil sustentar que ela seja destinada a trazer mais paz e ordem à cidade."

Parece difícil que a passeata ao quartel ou a platéia que não sabe que compreender o discurso do capitão não significa aceitá-lo possam dar mais paz a este País. É improvável que os policiais da Rota que encenam mortes tragam mais ordem ao Brasil do que traziam à França os defensores da guilhotina. Apesar de tudo, eles desejam exercer o poder e, para isso, produzem suas verdades.



** Marcelo Godoy é o autor da reportagem publicada no jornal* O Estado de S. Paulo *que, em setembro deste ano, revelou relatos de um soldado da Rota sobre execuções sumárias que teriam sido levadas a cabo por integrantes da tropa de elite da PM paulista. Seu primeiro contato com o soldado P. ocorreu em 2006, mas os relatos só puderam ser divulgados um ano depois, em razão das necessidades de verificação quanto à credibilidade da fonte e da concordância do próprio soldado*

OSCAR VILHENA VIEIRA



PROFESSOR DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
E DIRETOR JURÍDICO DA CONECTAS DIREITOS HUMANOS

A razão do BRASIL sem lei

POR OSCAR VILHENA VIEIRA



Há hoje no Brasil uma triste consciência de que o direito desempenha um papel menor na determinação do comportamento de indivíduos e de agentes do nosso Estado. A *Tropa de Elite* e o roubo do rolex de Luciano Huck parecem ter despertado a todos para esse tema. Como se a corrupção política, os cerca de 40 mil homicídios todos os anos, a violência policial, a sonegação fiscal, a persistência do trabalho escravo, os juízes Nicolau e Rocha Mattos e até a adulteração do leite, que serve de base para a alimentação de nossas crianças, não fossem o suficiente para nos alertar para o fato de que direito não tem conseguido servir como uma razão prevalente na determinação de nossas condutas, individuais ou institucionais.

De acordo com o relatório recente do Latinobarômetro, apenas 21% dos brasileiros afirmam respeitar as leis e mais de 65% entendem que o Estado as aplica de forma seletiva. Talvez o arbítrio na aplicação da lei não possa ser mais bem ilustrado do que pela infeliz frase do atual Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, ao afirmar que: "um tiro em Copacabana é uma coisa. Um tiro na Coréia (*periferia do Rio*) é outra". Este é um exemplo de como a lei vem sendo aplicada no Brasil nos últimos séculos. Por que isto acontece? O que leva uma pessoa a agir em conformidade com o direito? Por que isto é tão difícil no Brasil?

O primeiro conjunto de razões que nos levariam a agir em conformidade com o direito está diretamente ligado à nossa habilidade de raciocinar instrumentalmente, calcular riscos e potenciais benefícios nas ações que tentamos realizar. As pessoas respeitam as leis e os direitos dos demais para obter recompensas ou escapar de punições. A coerção estatal pode ser instrumento eficiente para promover o respeito ao direito e também uma condição necessária, porque certo grau de comportamento anti-social irá sempre existir, sem que possa de outra maneira ser controlado.

SEGUNDO PESQUISA RECENTE, **21% DOS BRASILEIROS AFIRMAM RESPEITAR AS LEIS,** ENQUANTO 65% ENTENDEM QUE O ESTADO AS APLICA DE FORMA SELETIVA

PARA ALÉM DO ESTADO

É difícil para qualquer sociedade, no entanto, arcar com o custo do grau de coerção estatal necessário para assegurar, sozinho, a obediência aos parâmetros legais. Imagine, por exemplo, que a ameaça de uma multa fosse a única razão pela qual as pessoas deixariam de ultrapassar o sinal vermelho no semáforo de trânsito. A experiência dos Estados totalitários mostra que conseguir obediência pela constante vigilância é algo extremamente caro e, mesmo se os custos pudessem ser suportados, seria absolutamente indesejado.

As razões instrumentais para obedecer à lei deveriam, assim, ser estendidas para além da estrutura coercitiva do Estado. Uma vez que as pessoas fazem parte de círculos sociais que moldam e determinam suas ações, a segunda razão instrumental para respeitar a lei é a expectativa de represália ou benefício por parte da comunidade à qual se pertence ou pela qual se transita. A fraude no mercado ou no casamento traz sérias conseqüências. A credibilidade é um bem de grande importância em qualquer grupo. Mantê-la pode ser uma boa razão para respeitar o direito, mesmo na ausência de autoridade estatal.

Nas situações em que prevalece o auto-interesse, a regra de ouro é: não faço aos outros o que eu não gostaria que fizessem comigo. Partindo de uma estrutura de vantagem mútua, em circunstâncias de disparidade de poder, no entanto, indivíduos têm um incentivo para trapacear: nesse caso, muitas vezes, o meu interesse é que todos os outros cooperem e que eu não o faça. Assim, embora importantes, o medo e o interesse são insuficientes para a elucidação do problema.

É necessário buscar em outro lugar o fundamento para as ações em conformidade com o direito. A moralidade tem sido negligenciada por muitos como uma precondição para a existência de um autêntico Estado de Direito. Mas entendo que a implementação do Estado de Direito seria mais fácil em sociedades onde os indivíduos construíssem o seu pacto de reciprocidade baseado não apenas no auto-interesse, mas também na noção de que cada indivíduo é dotado do mesmo valor moral, devendo, portanto, merecer respeito e consideração iguais.

DESIGUALDADE CORRUPTORA

Os direitos igualmente distribuídos não são um presente dos céus, mas sim uma construção social; uma decisão da comunidade para valorizar os indivíduos em termos eqüitativos e para fundamentar nesse princípio o exercício do poder. Isso significa que as decisões coletivas são válidas somente se derivarem da vontade de indivíduos autônomos e se elas se circunscreverem à esfera comum da dignidade humana.

Em tal sistema, cada cidadão recebe o status de sujeito de direito, sendo a ele conferida uma esfera de proteção ao entrar em contato com outros cidadãos e com



o Estado, este último também subordinado ao princípio da reciprocidade. Nesse sentido, a autocontenção, que implica respeito pelos direitos dos outros, é a base fundamental para a generalização de expectativas relacionadas com o estabelecimento do Estado de Direito.

A maior barreira para uma construção desse gênero de sociabilidade no Brasil é a exclusão social, oriunda de níveis extremos e persistentes de desigualdade, que gera a invisibilidade dos submetidos à pobreza extrema, a demonização dos que desafiam o sistema vigente e a imunidade dos privilegiados: fatores que minam a imparcialidade da lei. Em síntese, a desigualdade profunda e duradoura gera a erosão da integridade do Estado de Direito.

O DIREITO COMO FARSA

A lei e os direitos, sob essas circunstâncias, transformam-se, com freqüência, em uma farsa, uma mera fachada para relações desiguais de poder em que os mais afortunados podem impor os termos de suas relações com os excluídos. Isso cria uma sociedade hierarquizada, onde os indivíduos desfavorecidos social e economicamente não conseguem atingir um patamar real de completa cidadania, deixando de ser reconhecidos como detentores de direitos.

Essa discriminação tende a arruinar os laços de reciprocidade, afrouxando o sentimento de dever moral dos mais poderosos para com os excluídos. Uma vez que não são vistos como sujeitos dignos de valor, não demora muito para que, na prática, se retire deles o conjunto de direitos de cuja proteção os outros cidadãos desfrutam. Lembrem-se das respostas dos jovens que atearam fogo ao índio Gaudino em Brasília. Quando indagados por que haviam feito aquilo, responderam que não sabiam que aquele indivíduo era um índio, pensaram que era simplesmente um mendigo. Nesse contexto, a lei dificilmente será efetiva como instrumento de organização e pacificação social.

OS ABISMOS SOCIOECONÔMICOS INIBEM A RECIPROCIDADE, **PROVOCAM A EROSÃO DO ESTADO DE DIREITO,** FOMENTAM VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE

A mesma linha de raciocínio esclarece o papel da reciprocidade na construção de uma ordem social pacífica. Se os interesses recíprocos dos agentes nas relações de troca, que tornam possível a produção e a circulação de riqueza, não forem minimamente satisfeitos, os agentes menos privilegiados dificilmente terão razões para agir conforme as regras do jogo que sistematicamente prejudicam seus interesses. De outro lado, os mais privilegiados sentem que não há nenhum constrangimento social à maximização de seus interesses. Essa situação sabota, nos dois pólos socioeconômicos, os incentivos para obedecer às leis e respeitar direitos na esfera de relações interpessoais.

ENTRE IMUNES E INIMIGOS

Privados de status econômico e social, os indivíduos "invisíveis" muitas vezes nem mesmo esperam que seus direitos sejam respeitados pelos outros grupos sociais ou pelas instituições responsáveis pela aplicação das leis. Resta-lhes recorrer a modelos de socialização adaptados à sua situação de submissão aos indivíduos "imunes" e à sua vulnerabilidade diante da arbitrariedade das autoridades públicas.

Os que reagem frontalmente a essa posição degradante passam a ser imediatamente tratados como inimigos contra os quais "os rigores da lei" são muitas vezes tidos como insuficientes, coisa de "defensores dos direitos humanos", pois o grupo dos "imunes" não se vê na obrigação nem no dever de respeitar aqueles que vêem como inferiores e ameaçadores.

O mesmo se aplica às autoridades cooptadas. O Estado, responsável pela utilização dos mecanismos formais de controle social, em conformidade com a lei, começa a reproduzir parâmetros socialmente generalizados. O resultado é que o dito "poder público" torna-se negligente com os invisíveis, violento e arbitrário com os moralmente excluídos e dócil e amigável com os privilegiados.

Dessa forma, os abismos socioeconômicos inibem a reciprocidade, provocam a erosão do Estado de Direito, fomentam o círculo vicioso da exclusão, da violência e da impunidade. Sem que sejamos capazes de constituir políticas e reformas que reduzam significativamente as desigualdades, estamos fadados a viver em estado de arbítrio.

Nosso DESAFIO comum

É PRECISO CONSTRUIR **COMPROMISSOS E INSTRUMENTOS** QUE AJUDEM A COMBATER O AQUECIMENTO GLOBAL E A PROMOVER A JUSTIÇA CLIMÁTICA, DIZ A EX-PRIMEIRA-MINISTRA DA NORUEGA E ENVIADA ESPECIAL DA ONU

POR AMÁLIA SAFATLE E FLAVIA PARDINI

PÁGINA 22: O que significa a premiação de Al Gore e do IPCC com o Nobel da Paz?

GRO BRUNDTLAND: Acho que foi uma escolha muito boa. O comitê do Prêmio Nobel já havia feito boas escolhas antes, mas também foram criticados por elas. O prêmio amplia a perspectiva e a definição da idéia de paz, deixando claro que, na opinião do comitê, o desenvolvimento sustentável, o meio ambiente e a superação da pobreza são parte da agenda da paz. Acredito que estão convencidos de que não haverá paz no mundo a não ser que superemos grandes obstáculos nessas áreas. Foi bom que, este ano, eles se centraram na mudança climática e no aquecimento global porque esse é um tema candente que o mundo precisa enfrentar. Além disso, foram dois recipientes, deliberadamente. Um, o IPCC, ilustra a necessidade de conhecimento, de evidências, da ciência. Para enfrentar esse tema tão difícil, é preciso saber os fatos, compartilhar o conhecimento de maneira que as pessoas se tornem capazes de enfrentar o desafio. Sem o IPCC e seu trabalho, o mundo não estaria onde está agora, encarando o aquecimento global sem que *players* importantes questionem os fatos. Essas pessoas agora admitem que temos mudanças no clima causadas pelo homem. Isso não acontecia há um ano...

22: ...mas ainda há críticas ao IPCC.

GB: Elas não contam mais. O ponto é: o presidente do Estados Unidos parou de dizer que a mudança climática não é real, que temos de duvidar da ciência. Agora ele diz que, sim, há razão para acreditar que há mudanças causadas pelo homem. Isso significa que um importante obstáculo foi transposto e que a base de conhecimento é ampla, forte e compartilhada o suficiente para que o mundo conheça o desafio. Mas, para que seja possível espalhar a mensagem, ter 2.500 cientistas trabalhando duro e analisando o assunto é essencial, mas não suficiente. É preciso que a mensagem, ou essa realidade, seja espalhada de maneira que informe a opinião pública. É aí que entra Al Gore. Então houve uma combinação. Claro que Al Gore sempre construiu suas políticas com base na ciência, assim como eu sempre fiz em meu trabalho. Ele sabe da necessidade da ciência, mas gastou muito tempo e esforço para espalhar a mensagem.

22: O que pode mudar após o Nobel, visto que as práticas capitalistas em relação a consumo, produção e remuneração dos investidores estão atreladas a um paradigma velho?

GB: O prêmio reforça a importância do tema para o mundo todo, para a paz no mundo. Assim, cria uma base efetiva para aprofundar a campanha. Quando se pensa sobre como lidar com a mensagem, vê-se a necessidade de construir o consenso para que haja um sucessor (*do Protocolo*) de Kyoto no âmbito da Convenção do Clima (*Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática*). Construir esse consenso requer encarar os assuntos que preocupam os países pobres, os problemas que enfrentam por causa da mudança climática, encontrar soluções inovadoras para a energia. As pessoas precisam de energia, saúde e educação para levar uma vida produtiva, mas esses elementos têm de ser sustentáveis. Vai ser mais fácil de se chegar a um acordo sobre essa combinação, eu acho, a partir do momento em que o aquecimento global é uma realidade que as pessoas não mais questionam seriamente.

22: O que se pode esperar da reunião de Bali em dezembro? Há um descompasso entre o ritmo das negociações e a urgência da crise climática?

GB: O ritmo das notícias que dão conta de acontecimentos ainda mais rápido do que os cientistas acreditavam que ocorreriam só contribui para o *momentum*, e cada vez mais países e outros *players* compreendem que é preciso encontrar soluções. Bali é uma encruzilhada importante, porque todos os países terão a sensação muito clara de que é preciso agir para construir o consenso. Se não houver mais consenso do que havia um ou dois anos atrás, então teremos um problema, pois é vital que haja algum tipo de combinação entre as visões dos países que estão fora do âmbito de Kyoto, como os Estados Unidos, e os países que não possuem compromissos (*de reduzir as emissões de gases de efeito estufa*), como o Brasil, a China e a Índia, para citar alguns. Olhando para a frente, 10 ou 15 anos, não é possível imaginar uma solução a menos que os países em desenvolvimento que estão emergindo como grandes economias sejam parte da solução.

22: Como trazê-los para a mesa de negociações se eles entendem a mensagem como uma restrição ao crescimento? É como dizer: "Desculpe, vocês chegaram muito tarde ao jogo".

GB: Sim, mas veja: fazer a sua parte não significa aumentar a carga sobre os países em desenvolvimento. Soa como se fazer a coisa certa fosse, de alguma maneira, fazer para benefício de outro, mas você está fazendo para si mesmo, para o desenvolvimento futuro de seu próprio país. Precisamos repetir isso. É por isso que eu digo que é preciso haver colaboração mais ampla e mais séria quanto aos temas do desenvolvimento sustentável ao redor do mundo. A Noruega, por exemplo.



FOTOS: BRUNO BERNARDI

> "AS NOTÍCIAS DE QUE **A MUDANÇA É MAIS RÁPIDA** DO QUE SE ESPERAVA CONTRIBUEM PARA A BUSCA DE CONSENSO"

Estamos lidando com as fontes locais de poluição e com o aquecimento global em nosso território e plataforma continental. Fazemos isso e adotamos medidas muito rígidas sobre nossos sistemas produtivos, o que significa que somos obrigados a reduzir ainda mais nossas emissões, porque somos um país que produz petróleo e gás.

22: Não seria melhor parar de produzir petróleo?

GB: Absolutamente não. Não concordo de maneira alguma. Assumimos um compromisso de aprofundar esse trabalho e, à medida que o tempo passa e por saber que precisamos pensar nos próximos 30 anos, além do que fazemos em casa temos de



> PAÍSES E EMPRESAS ESTÃO AGINDO ENQUANTO OCORREM AS NEGOCIAÇÕES. MAS AÇÕES VOLUNTÁRIAS **NÃO SERÃO SUFICIENTES**

pagar para que as emissões sejam reduzidas em outros países. O financiamento para que isso ocorra pode se destinar, por exemplo, a projetos para a água em países pobres da África, onde a seca e a mudança climática alteraram os padrões de agricultura e a demanda por água. Ou para locais onde o nível do mar está subindo. Então, o dinheiro pode vir das nações ricas para ajudar as nações pobres a fazer a coisa certa, apoiando-as, fornecendo tecnologia. Isso é parte das negociações internacionais. Mas vamos voltar à Noruega, pois essa é uma questão muito interessante. A Noruega deveria encerrar a produção de petróleo e gás no Mar do Norte? Eu digo que não, absolutamente. Porque o uso alternativo de energia àquela que a Noruega produz, se olharmos para o cenário global, seria muito pior, pois extraímos petróleo e gás com emissões mais baixas do que qualquer outro país. Agora estamos capturando e armazenando o carbono nas usinas de energia movidas a óleo e vamos fazer isso também nas usinas a gás, o que nunca foi feito antes. Isso significa que as emissões são muito reduzidas ou quase nulas, pois o carbono é capturado e armazenado no subsolo em estruturas seguras. Se retirar o petróleo e o gás limpos do serviço de energia da Europa — ou do mundo, pois parte do gás atravessa o oceano também —, você ficaria pior, não melhor. O que aconteceria? As pessoas usariam mais carvão e petróleo de fontes que não usam esse tipo de tecnologia.

22: Não haveria também o impulso para encontrar energias limpas?

GB: Não acredito. Os incentivos ocorrem ao se dar um preço para o carbono que leve ao investimento em energia renovável, de maneira que haja um imposto sobre as emissões. Esses tipos de instrumentos econômicos precisam ser mais bem desenvolvidos: incentivos e desincentivos. Você precisa pagar pela poluição. O princípio do poluidor-pagador é um bom princípio, foi desenvolvido há mais de 30 anos e é preciso pensar nestes termos: você não pode externalizar o custo ambiental para que seja um custo da sociedade, é o seu custo. Se pensar dessa maneira, vai inspirar a busca por energia renovável, porque o custo de extrair e desenvolver carvão, por exemplo, será muito maior caso se leve em consideração o custo real, se for preciso pagar muito pela permissão para usinas a carvão. E se esse dinheiro pode ir para investimentos em países pobres. Precisamos de mais pesquisa e investimento em energia renovável e o preço do carbono é essencial para isso.

22: Qual é o impacto da mudança climática na emergência e re-emergência de doenças infecciosas?

GB: Há um duplo efeito. Primeiro, a mudança climática leva a alterações nos padrões agrícolas e à falta de água, o que resulta no aumento da pobreza e causa problemas de saúde, e isso cria uma espécie de padrão. Além disso, há um efeito direto nas ameaças infecciosas, a malária vai se espalhar para nova áreas e a dengue estará presente por mais tempo em novos ambientes, porque a temperatura está mais alta. Há um efeito adicional direto que é importante que as pessoas conheçam. Isso em adição às secas, às enchentes e aos furacões, ao aumento do nível do mar, ao derretimento das calotas polares. E há doenças, que há muito não se viam, ou se viam raramente, que estão voltando porque a temperatura proporciona boas condições.

22: Tanto em relação a doenças quanto ao aquecimento, parece que o fosso entre pobres e ricos aumenta. Por outro lado, os ricos parecem acreditar que a tecnologia fará com que sejam menos afetados. Como esse problema altera a maneira como o tema é tratado politicamente?

GB: Temos de olhar para a realidade de que você não pode se esconder, como pessoa, porque você é rico. Não pode se esconder das conseqüências de longo prazo da mudança climática. Se você se mudou para a Flórida porque é rico e tem a chance de viver uma boa vida lá, e há furacões mais freqüentes e fortes ou, pior, se o nível do mar sobe e alaga as casas, você é afetado. As emissões são globais e provocam danos em todo o mundo. Mas, é verdade, alguns dos efeitos afetam mais as nações mais pobres por causa de sua geografia, sua agricultura, sua dependência dos padrões de chuva e seca. As conseqüências são mais sentidas em países em desenvolvimento e pequenas ilhas, que em geral estão entre as nações mais pobres. Por isso que é preciso negociar algo para que se possa ajudar essa nações. É isso que defendemos, um acordo que abra espaço para adaptação, para suporte e ajuda para que os países pobres superem essas ameaças.

22: A justiça climática é parte do que está sendo negociado?

GB: Esse tipo de pensamento já é parte da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto, mas os mecanismos não são suficientes, não são bons o suficiente, por isso as negociações dessa segunda fase têm de ser compreensivas e produzir mecanismos melhores que ajudem a superar esse desafio.

22: Uma pesquisa feita no Brasil mostrou que há confusão em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável. Por que a definição obtida na Comissão Brundtland, que parece tão clara e límpida, até hoje é incompreendida ou desconhecida no Brasil e, provavelmente, em outras partes?

GB: Não há confusão no meu país e em muitos outros. Eu já ouvi essa pergunta, ou perguntas semelhantes a essa, de outras pessoas, e fico me questionando. Quando existe confusão em uma área tão importante, freqüentemente é por participação ativa de pessoas que criam confusão. É porque diferentes fontes, a mídia, as empresas, os políticos, o que seja, estão fazendo confusão.

22: Para seu próprio benefício?

GB: Pode-se suspeitar que sim.

22: Para que se chegue a um conceito mais conveniente?

GB: Se não gostam porque ele exige muito esforço, então talvez tentem evitá-lo. Os críticos do IPCC e da ciência sobre o aquecimento global empenham muito esforço ajudando os governos que não querem se mexer, dando argumentos, contra-argumentos: não estamos dispostos a fazer nada porque não estamos certos de que a ciência está correta, acreditamos que se podem encontrar outras maneiras, acreditamos que as mudanças se devem a variações naturais. Mas sempre fica a pergunta: de onde vêm esses argumentos? E por que aparecem? Por que são tão persistentes ao longo do tempo? Eles servem a certos interesses. Pode ser que haja confusão porque alguém está criando confusão. É preciso conhecer a cena brasileira para analisar quem diz o que e quem cria confusão. É verdade que a situação exige mudança de políticas para fazer o que é necessário. Se é isso, então é confusão, sim — não se trata do *business as usual*, mas de mudar.

22: Vinte anos depois do relatório Nosso Futuro Comum, como a senhora vê nosso futuro compartilhado sobre a Terra?

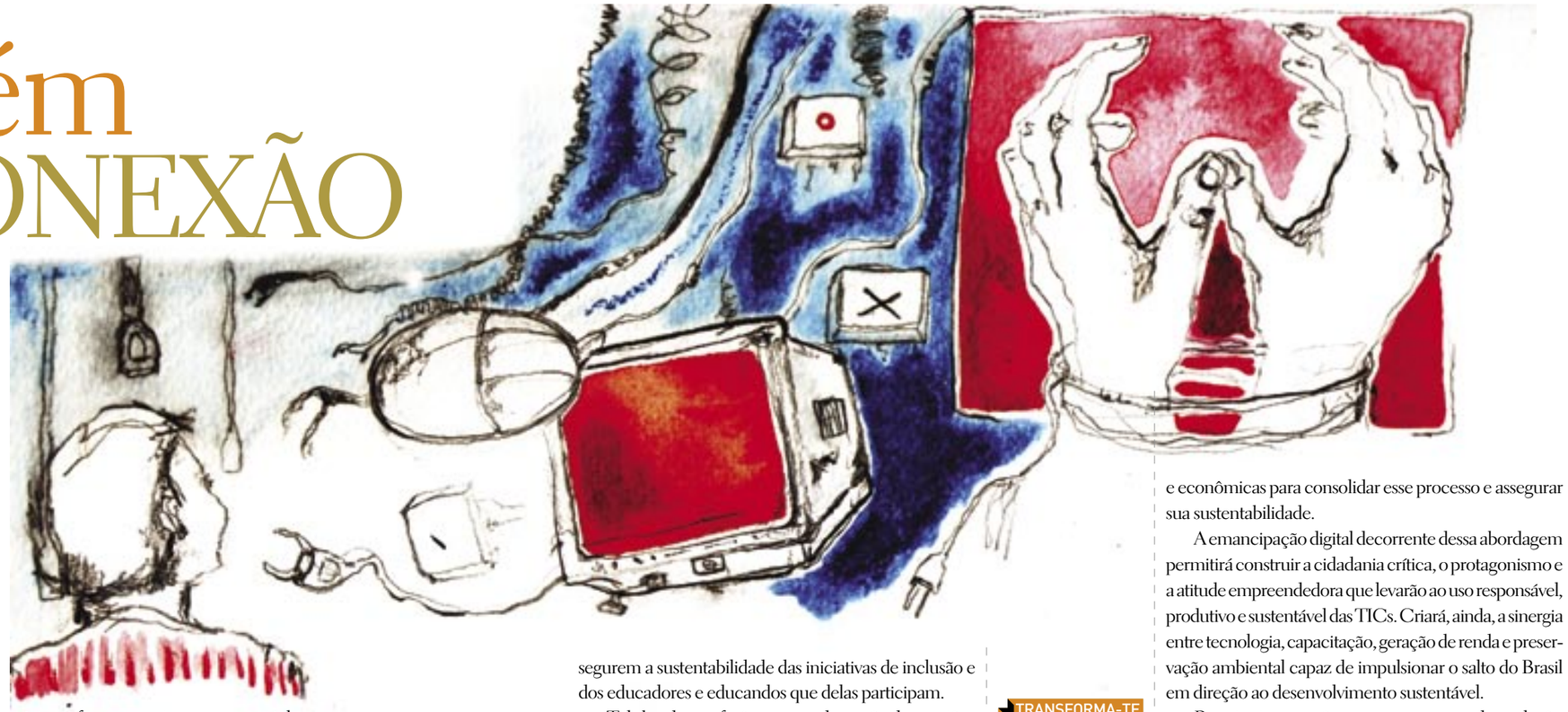
GB: Se você acredita que as coisas vão acontecer de acordo com as tendências que existem hoje, então não temos muito tempo, teremos um drama antes da metade do século. Nesse caso, a única esperança é que essas tendências estejam sendo alteradas por diferentes atores. Não é que as negociações estejam se dando no âmbito de um processo complicado e longo enquanto nada está acontecendo. Muitos países e empresas agem enquanto essas negociações se desenvolvem. Não é que todos estejam confortavelmente sentados, esperando os resultados, todos sabem em que direção esses resultados irão, que tipo de limitações e incentivos podem ser adotados. Acho que temos de ter esperança de que as pessoas estão agindo por conta própria. Mas, no final, não haverá ação suficiente sem compromissos reais, e é por isso que eu não acredito que o modelo americano de ações voluntárias será suficiente, pois as pessoas sempre olharão para o país vizinho, para a empresa vizinha, e dirão: "Temos de ter cuidado para não fazer mais que os outros porque vamos perder competitividade". Se esse tipo de pensamento prevalecer, as coisas serão muito lentas. Por isso precisamos de uma força que mova as negociações, o que levará a mais energia renovável, a mais investimentos naquilo que é necessário para mudar o paradigma, mudar a situação. Precisamos mudar dentro de 10 a 15 anos. Não temos mais tempo do que isso. Nosso futuro depende da habilidade dessa geração de fazer o que é certo.

CELSO FERNANDES



DIRETOR DE ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA (CDI)

Muito além DA CONEXÃO



POR CELSO FERNANDES

A popularização de computadores, celulares, tevês digitais, laptops de 100 dólares e outras maravilhas tem o claro objetivo de acelerar a inclusão digital de milhões de brasileiros. Mas, para que os incluídos e a sociedade toda avancem na construção de uma civilização verdadeiramente baseada no conhecimento e orientada para o desenvolvimento sustentável, a tecnologia e a ciência, *per se*, não serão suficientes. É preciso homens e mulheres com compromisso e vontade política para operar mudanças sociais, tecnológicas e culturais.

As tecnologias da informação e comunicação (TICs), mais do que incluir sujeitos hoje marginalizados, podem ser utilizadas como fator transversal capaz de dinamizar e impulsionar todas as áreas do desenvolvimento humano – um instrumento, portanto, de conscientização e mobilização para a cidadania sustentável. Um movimento dessa magnitude, entretanto, pressupõe a transformação da própria sociedade que acolherá os novos adeptos da tecnologia. Demanda, por exemplo, a reflexão crítica sobre o destino da montanha de lixo tecnológico que a busca pela cidadania digital para os 190 milhões de brasileiros vai gerar.

PARA CAMINHAR DA INCLUSÃO DIGITAL À CIDADANIA SUSTENTÁVEL, NÃO BASTA TECNOLOGIA. É PRECISO VONTADE POLÍTICA E PROJETOS CONSISTENTES QUE INCORPOREM ELEMENTOS AMBIENTAIS E CULTURAIS

No mesmo ritmo em que se acelera a inclusão digital é preciso apressar também a regulamentação do tratamento, reciclagem e descarte seguros dos milhões de equipamentos e componentes que deixaremos para trás. Estes resíduos – que contêm produtos tóxicos nocivos à saúde humana e à natureza – são, em grande parte, jogados em lixões ou incinerados. O risco maior recai justamente sobre comunidades mais pobres: catadores de materiais recicláveis e trabalhadores de ferros-velhos, alguns deles crianças, ficam expostos a um coquetel venenoso.

O Brasil navega ao sabor da inclusão digital espontânea, no estilo neoliberalismo tecnológico, e ainda não definiu uma estratégia para tratamento adequado do lixo tecnológico. O País precisa criar as condições sistêmicas – e traduzi-las em políticas públicas – que promovam a emancipação digital de milhões de brasileiros e, ao mesmo tempo, provejam o tratamento ambientalmente correto dos equipamentos ligados às TICs.

AÇÃO E EMANCIPAÇÃO

Tais políticas devem privilegiar a dimensão cognitiva e as soluções coletivas, fomentando iniciativas que contemplem propostas pedagógicas consistentes e conteúdos educacionais estimulantes e de qualidade. Dessa forma, além da capacitação, instigaremos a reflexão crítica e a ação transformadora dos indivíduos – sobre sua realidade e as condições socioambientais das comunidades em que vivem – para que as tecnologias sejam utilizadas de forma responsável e sustentável.

Além da questão ambiental e consistência pedagógica, o processo de emancipação digital tem de cuidar ainda da dimensão econômica, incentivando projetos que assegurem a sustentabilidade das iniciativas de inclusão e dos educadores e educandos que delas participam.

Tal abordagem fará emergir a discussão de questões vitais para a sociedade contemporânea, visando mudanças comportamentais e culturais, tais como:

- A redução do desperdício, o uso de fontes de iluminação, calor e de eletrodomésticos com baixo consumo de energia, o incentivo à reutilização de materiais e o compromisso com sua reciclagem e descarte seguros.
- O estímulo à capacidade criativa e empreendedora das camadas de baixa renda e à abertura de mercados na base da pirâmide social como alternativas reais de utilização da mão-de-obra capacitada dessas comunidades, promovendo a mobilidade social e projetos de geração de renda que atendam à comunidade e despertem vocações e lideranças para o desenvolvimento local sustentável.
- A capacitação de professores e alunos para a utilização das TICs como instrumento transversal de pesquisa e de apoio ao aprendizado de todas as disciplinas, à prestação de serviços pela internet e à integração dos moradores do entorno das escolas públicas. Um mergulho no contexto histórico e sociocultural das comunidades excluídas ajudará a definir abordagens e conteúdos digitais educativos que considerem as dimensões éticas, ambientais, técnicas, metodológicas, políticas e econômicas para consolidar esse processo e assegurar sua sustentabilidade.

TRANSFORMA-TE OU...

O Brasil ainda pratica a inclusão espontânea. Não há, por exemplo, política para a montanha de lixo tecnológico que será gerada por laptops de 100 dólares e outras maravilhas

A emancipação digital decorrente dessa abordagem permitirá construir a cidadania crítica, o protagonismo e a atitude empreendedora que levarão ao uso responsável, produtivo e sustentável das TICs. Criará, ainda, a sinergia entre tecnologia, capacitação, geração de renda e preservação ambiental capaz de impulsionar o salto do Brasil em direção ao desenvolvimento sustentável.

Para tanto, as ações e os programas de inclusão digital devem contemplar não apenas a melhor solução tecnológica e os melhores conteúdos, mas também capacitar o cidadão a conhecer melhor a si mesmo, suas potencialidades, os principais problemas e prioridades de seu ecossistema e os impactos de sua atuação sobre o equilíbrio do planeta.

Trata-se de uma tarefa gigantesca, que requer a união de esforços e a convergência de interesses entre os setores público, privado e instituições do terceiro setor. Nossa capacidade de articulação, interconexão e reorganização social é que vai determinar o destino das iniciativas da sociedade da informação e a construção de uma sabedoria coletiva que promova a transformação qualitativa da experiência humana, legando um futuro promissor às novas gerações.

O CDI, uma organização não governamental, pratica há 12 anos um modelo de inclusão digital que capacita moradores de comunidades de baixa renda a se tornarem educadores e coordenadores de suas Escolas de Informática e Cidadania. Mais informações: www.cdi.org.br

ALMOÇO GRÁTIS até existe

POR REGINA SCHARF

O FREEGANISMO FOGE DO CONSUMISMO E DAS TROCAS MONETÁRIAS COMO O VAMPIRO DA ÁGUA BENTA. **SUJO É O DINHEIRO,** NÃO O LIXO



UM VERDADEIRO BANQUETE *TRASH*
Parte dos milhares de toneladas de comida descartados anualmente apenas na cidade de Nova York alimenta gente como Madeline Nelson, uma ex-executiva que garante ter se tornado mais feliz desde que passou a revirar lixeiras em busca da próxima refeição

Quem revirava latas de lixo em busca de comida, atravessava a cidade a pé e só vestia roupas usadas até recentemente era chamado de mendigo. Mas uma nova subcultura de mendigos por convicção ideológica começa a florescer nos Estados Unidos, na Austrália e, claro, na pátria dos punks, a Inglaterra: são os freegans.

Eles vivem do desperdício alheio. Que, em países ricos, não é pouco. Há estimativas de que a cidade de Nova York descarta 23 milhões de quilos anuais de alimentos, incluindo aí os 9 milhões que são doados aos pobres. Boa parte dessa comida vai parar nas lixeiras de supermercados, armazéns e mercearias por problemas relativamente pequenos: a embalagem amassada, o prazo de validade expirado na véspera, a folhagem meio murcha.

Nesse cenário, os freegans se refestelam. É o que conta a ex-executiva Madeline Nelson, entrevistada há poucas semanas pelo *Los Angeles Times*. Até 2005, ela era diretora de comunicações da Barnes & Noble, uma das maiores redes de livrarias dos Estados Unidos, morava num apartamento elegante de Manhattan e — para a alegria da indústria têxtil — tinha 40 blusas só para trabalhar. Largou tudo, virou voluntária de projetos sociais e percorre as lixeiras de Nova York atrás da sua próxima refeição. Há três anos ela não compra ovos, verduras, frutas, pão ou café. Acha tudo no lixo. Diz que nunca foi tão feliz.

É também o caso da australiana Phoebe Turner, ex-estudante de Artes da Universidade de Sydney, que vasculha os depósitos de lixo de supermercados e economiza dinheiro para viajar a Bornéu, onde pretende trabalhar num projeto de conservação de primatas.

Descendente do movimento de direitos dos animais, das campanhas antiglobalização, da militância ambiental, dos ascetas, eremitas e hippies, o freeganismo foge do consumismo e das trocas monetárias como o vampiro da água benta. Sujo é o dinheiro, não o lixo.



O freegan almeja uma pegada ecológica ainda menor que a dos vegans, que, além de se abster de qualquer produto de origem animal, só compram alimentos locais. "Se uma pessoa decide adotar um estilo de vida ético, não basta ser vegan. Ela precisa excluir-se do capitalismo", prega Adam Weissman, espécie de porta-voz da categoria e fundador, quatro anos atrás, do website freegan.info, o Orkut do lixo. Ele é formado por redes de contatos que dão o endereço das lixeiras mais promissoras e a hora em que os resíduos são recolhidos em diversas cidades.

Se você consultar o site antes da sua próxima visita a Manhattan, saberá que vale a pena dar uma passadinha pela lixeira da carésima loja de chocolates finos Godiva, na esquina da Broadway com a 84th Street. Ali você pode encontrar morangos tamanho-família e barras de um excelente meio amargo. Você também pode coletar *foie gras* no Food Emporium da 3rd Avenue ou sanduíches na Taylor's da 2nd Avenue (mas não vá muito depois das 10, quando os lixeiros recolhem tudo).

Outro site, freegankitchen.com, é um videoblog que ensina a cozinhar utilizando ingredientes reciclados do lixo. Aliás, é possível ver no YouTube o crítico gastronômico inglês Giles Coren, do *The Times*, degustando um banquete *trash*.

Freegans veteranos costumam tranqüilizar os novatos garantindo que nunca tiveram uma intoxicação alimentar devido às suas expedições noturnas. E a facção não vegetariana, os meagans, até se aventura a comer carne e peixe.

Outsiders com um parafuso a menos ou pioneiros de uma nova tendência? Sejam o que forem, os freegans não são poucos. Já existem tours organizados para apresentar as melhores lixeiras aos novatos em várias metrópoles americanas. Pelo menos 14 mil pessoas teriam participado desse tipo de turismo nos últimos dois anos em Nova York. Menos radical no conceito, mas igualmente alternativo, o site freecycle.org, que permite aos seus usuários doar, trocar ou ganhar todo tipo de coisa, informa ter quase 4 milhões de membros em milhares de cidades.

O mais interessante da experiência freegan é a forma como essas pessoas incorporam o conceito de ciclo de vida no seu cotidiano. Como diz o manifesto do grupo, divulgado no website freegan.info, eles "olham para o plástico que envolve os cachorros-quentes feitos com tofu e pensam nos peixes e aves que morrem asfixiados por manchas de petróleo nos oceanos". É, comer lixo — isto sim é que é quebra de paradigma.





LAGOA DA CONFUSÃO, no estado de Tocantins, é o nome do lugar. Habitantes da cidade contam que uma pedra inexplicavelmente surge e desaparece no meio da lagoa — como retratado na pintura acima, feita na parede de um bar. É nos botecos da cidade que imaginação e realidade se misturam. Na parede de um deles, a prefeitura presta contas à população. Mas há também quem desacredite de tanta transparência. A honestidade dos números transforma-se em lenda, enquanto a lenda da pedra é sólida verdade no imaginário local.